



PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO
DE TRES
MONUMENTOS BAIANOS

COORDENAÇÃO GERAL DE PROJETOS

Economista Paulo Renato Dantas Gaudenzi

EQUIPE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

COORDENAÇÃO

Arquiteto Paulo Ormino David de Azevedo

TÉCNICOS

Arquiteta Esterzilda Berenstein
Arquiteta Odete Dourado Silva
Arquiteta Rosa Maria Castro Rodrigues
Arquiteta Vivian Lene Rebello Correia Lima

DESENHISTA

Pedro Jorge Jesus do Bonfim

AUXILIARES TÉCNICOS

Célia Maria Perdigão Coutinho
Francisco Soares Senna
José Wellington Costa
Kleber de Souza Castro
Lodtne Borges de Souza
Maria José Araújo Sampaio

SERVIÇOS DE APOIO

Zilmar Machado de Almeida

PLANEJAMENTO VISUAL

Francisco Liberato de Mattos

FOTOGRAFIA

Juvenal Eustáquio Pereira

COMPOSIÇÃO ELETRÔNICA

Washington Santana

CRÉDITOS

Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim
Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Sociedade Eunice Weaver da Bahia

USAR PARA PRESERVAR

O Programa de Preservação e Aproveitamento do Patrimônio Monumental de Salvador, empreendido pela Coordenação de Fomento ao Turismo, objetiva proteger a mais importante parcela do que se poderia chamar de capital turístico da cidade. Protegê-la, especialmente, mediante a sua reutilização e transformando os contingentes sempre mais numerosos de visitantes que procuram a Bahia, de simples consumidores passivos da nossa paisagem urbana, em fator atuante para a reanimação de monumentos e conjuntos arquitetônicos, ora marginalizados e ameaçados de destruição em face das transformações que estão acompanhando o desenvolvimento de Salvador e sua Região Metropolitana.

Dada a urgência de equacionar essa política, conduziram-se estudos, simultaneamente, em três direções, a saber: para a criação de condições gerais favoráveis à preservação de monumentos e conjuntos urbanos; para a manutenção e reanimação de setores tradicionais da cidade; e para a restauração e aproveitamento de monumentos abandonados ou indevidamente utilizados. Das análises e projetos resultantes, os do último item são, justamente, os primeiros que se editam para divulgação mais ampla. Justifica-se a prioridade, não só porque foi o assunto desenvolvido com maior presteza e minudência, em razão da necessidade de advertir, com urgência, da subestimação injustificada de algumas categorias de monumentos, como por se considerar, ainda, que a objetivação de certos casos de reaproveitamento desses monumentos arquitetônicos poderia constituir introdução adequada à problemática mais complexa da preservação e revitalização do nosso patrimônio cultural imobiliário, como um todo, que é o tema das duas outras séries de trabalhos.

Embora o conceito de monumento tenha evoluído, especialmente com a experiência de reconstrução das cidades européias depois da II Guerra Mundial, da noção de bem cultural isolado e autônomo para a de conjunto arquitetônico, em que o monumento não pode ser tratado separadamente de seu ambiente, existem em Salvador inúmeros edifícios que, apesar do desaparecimento do seu contexto primitivo devem ser conservados como testemunhos da evolução da nossa cultura. Pode-se afirmar que, no Brasil, como no resto da América Latina, se repetiu ao princípio deste século o que já ocorrera na Europa, durante o anterior, quando a atenção dos arquitetos e do poder público foi atraída para os grandes monumentos civis e religiosos da Idade Média, enquanto se permitia a destruição e mutilação de numerosos edifícios considerados de menor importância. São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, onde o processo de urbanização foi mais intenso, nas primeiras décadas deste século, perderam completamente os traços da sua antiga atmosfera urbana, conservando desta, no máximo, algumas edificações isoladas. Se o fenômeno não se reproduziu, na mesma escala, em Salvador, como em Olinda e em São Luiz, foi apenas pelo crescimento mais lento desses núcleos, porquanto só em período recente se começou a valorizar, convenientemente, no país, as cidades e bairros históricos.

O antigo conceito de monumento, edifício pomposo e auto-suficiente, estava intimamente ligado à ideologia de uma classe que só reconhecia, nessa condição, edificações mais diretamente relacionadas com a sua própria condição privilegiada como palácios, castelos e igrejas, de certo modo dominantes e isoladas do resto da cidade pelas barreiras socioeconômicas. A sua preservação era defendida, embora inconscientemente, mais como símbolo de *status* do que como elo da evolução histórica e cultural de uma comunidade. Resíduo desta conceituação persistiu entre nós, na tendência a considerar os conjuntos e imóveis de características mais populares e toda a arquitetura do século XIX, como secundários, diante do Colonial, cujas raízes estavam na antiga Metrópole.

Encontros internacionais, como os de Atenas, em 1931 e de Veneza, em 1964, firmaram novos critérios e doutrina a esse respeito. A Carta de Veneza os formula, incisivamente, com esta definição introdutória:

"A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, como também o ambiente no qual ela se insere. Reconhece-se, então, tanto o valor monumental dos grandes conjuntos arquitetônicos quanto o das obras modestas que, com o tempo, adquiriram uma significação cultural e humana"¹.

Salvo iniciativas isoladas, em que a Bahia foi pioneira, com a Lei Estadual nº 2.032, de 08 de agosto de 1927, seguida por Pernambuco², a proteção ao patrimônio histórico e artístico, no Brasil, só conseguiu ser institucionalizada em 1937, com o Decreto-Lei nº 25. Não obstante tratar-se de legislação das mais atualizadas, para a época, já não pode ser considerada suficiente, em face da rápida evolução do país e dos conceitos de proteção aos bens culturais. Por isso, o Ministério da Educação e Cultura tem encorajado, em sucessivos encontros de Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como os realizados em Brasília, em 1970³ e em Salvador, um ano mais tarde, a elaboração de legislações estadual e municipal, supletivas à federal.

Conquanto possa ser considerado ainda atual, em sua maior parte, o Decreto-Lei nº 25 apresenta falhas, como a de não estabelecer restrições aos usos indevidos dos edifícios tombados. Assim, um monumento pode ficar permanentemente exposto a sinistros, resultantes da explosão ou incêndio de materiais inflamáveis depositados em seu interior ou à destruição lenta e irreversível, por abandono ou utilização inconveniente, sem que o poder público possa intervir. Dos dois casos, temos numerosos e eloquentes exemplos, em Salvador. Por outro lado, como a Lei não obriga os possuidores e usuários à conservação desses prédios, aquilo que era uma exceção prevista no Artigo 19, ou seja, a intervenção da União para salvar os monumentos arruinados por não disporem os seus proprietários dos recursos indispensáveis, passou a ser a norma. Criou-se, assim, um vício no sistema de proteção aos bens culturais imobiliários: não contando com a menor conservação pela quase totalidade dos seus donos, os monumentos deterioraram-se até um ponto em que se torne justificável e imprescindível a intervenção governamental, para salvá-los da completa degradação, tanto física quanto social. Constrange verificar

que um bom número de edifícios restaurados, com a maior segurança, pelo IPHAN, em Salvador e no interior do Estado da Bahia, ao cabo de poucos anos terminam reduzidos a quase ruínas, pelo mau uso ou abandono, muitas vezes dolosos de seus proprietários que encaram o tombamento, não como intervenção de interesse público, mas apenas como desvalorização do preço venal do imóvel.

Sabem os que lidam com restauração e já é princípio internacionalmente consagrado que a "conservação dos monumentos impõe, antes de tudo, constância de cuidado"⁴. Conservar, para não ter que restaurar, porquanto a restauração, ainda quando bem realizada, é sempre indesejável e só admitida como um mal menor. Ao fim de algumas restaurações sucessivas, o monumento torna-se, em parte, uma reconstrução que, mesmo perfeita, perde a autenticidade.

Já no final do século passado, Camillo Boito, considerado o pai da moderna Teoria do Restauro, deflagrou na Itália uma campanha, ainda hoje pertinente, que tinha por lema: "Conservar, não restaurar"^{5,6}. Reagindo à prática das restaurações românticas e estilísticas, inspiradas em Viollet-le-Duc, ele afirmava: "Os monumentos arquitetônicos, quando ficar demonstrada incontestavelmente a necessidade de se lhes pôr a mão, devem ser consolidados antes que reparados, reparados antes que restaurados, evitando-se, nesses casos, com todo o cuidado, os acréscimos e renovações".

Baseada em uma visão estática da História, a restauração era concebida como uma operação definitiva, capaz de restituir a originalidade do monumento e sustar qualquer processo de decomposição. Enfim, um tratamento semelhante ao dispensado às peças de museu, antes de serem expostas ou guardadas. Na realidade, porém, tanto as suas técnicas quanto critérios têm variado em função do clima histórico e artístico em que ela se realiza, não existindo, nem no plano prático nem no teórico, restauração que solucione para sempre a questão da permanência e integração social do imóvel.

A partir da metade do último século, quando surge o Restauro Moderno, verifica-se inicialmente uma tendência para as recompo-

sições estilísticas baseadas, em parte, em exemplos coevos, porém inexatas e arbitrárias pela preocupação de manter, a qualquer custo, a unidade estilística. Nota-se, em seguida, uma orientação para as reconstruções históricas as quais, ainda quando baseadas em documentos idôneos, falsificam o monumento, ao refazer *ex-novo* aquilo que já não existe. A essas duas posições extremas se juntou, mais recentemente, uma terceira e intermediária: o Restauro Científico, codificado por Gustavo Giovannoni^{7,8,9}. Recomenda este a manutenção de todos os acréscimos posteriores que apresentem interesse artístico, ainda que em prejuízo da unidade estilística, e a diferenciação dos elementos novos de substituição ou reforço estrutural, julgados indispensáveis. Esta teoria, que é a única capaz de resistir a uma análise crítica, condena qualquer tentativa de reconstrução histórica, salvo a *anastylosis*, isto é, a remontagem das partes existentes, porém desmembradas.

Desde quando a restauração não passa de um recurso corretivo, cujos critérios variam em função da época em que é executada, é a preservação dos monumentos o que mais importa, devendo-se, por isso, procurar estabelecer, prioritariamente, uma política preventiva de conservação. A História mostra que a sobrevivência de edificações marcantes de épocas e estilos tem dependido mais de um ininterrupto uso social do que de eventuais intervenções restaurativas. Para um monumento, a pior destinação é preferível ao abandono. Se o Solar do Unhão chegou até os dias atuais é porque, no século passado, foi utilizado para fábrica de rapé. Ficasse sem função, cairia em ruína e desapareceria, como tantos outros. O abandono é o começo da morte. Contudo, dadas as deficiências já apontadas da legislação vigente, a política de preservação ainda permanece, primordialmente, uma política de restauração, enquanto a utilização de monumentos e prédios tombados é sempre aleatória. A fim de contornar essas falhas, no âmbito do Programa de Preservação e Aproveitamento do Patrimônio Monumental de Salvador, estão sendo realizados estudos de legislação estadual e municipal para que se fixem normas de uso e aproveitamento desses imóveis.

Só em 1964, com a Carta de Veneza, firma-se internacionalmente os princípios de integração do patrimônio cultural imobiliário na

sociedade contemporânea, como meio de assegurar o pleno desempenho de suas virtualidades e de transmiti-lo às gerações futuras. Na verdade, os valores de uma sociedade pragmática, como a atual, baseados na eficiência e na rentabilidade, são inconciliáveis com a concepção de monumento como simples sobrevivência do passado, um peso morto que se tenha de aceitar. Com a industrialização e conseqüente desenvolvimento urbano, a maior parte da nossa arquitetura tradicional poderá ser destruída, se não se tornar social e economicamente produtiva. Engenhos, conventos e fortes não conhecerão o amanhã, se não encontrarem, hoje, uma função integrada às atividades da vida moderna. A nova política de preservação deve-se orientar, portanto, no sentido de mobilizar a comunidade para um grande movimento de reanimação social e econômica de monumentos e conjuntos arquitetônicos.

Na realização desse programa é necessário analisar, em cada caso, as razões que determinaram a decadência ou ruína do que se pretende conservar. Em regra, as causas são primordialmente de natureza sociocultural e só, secundariamente, físicas. O arruinamento físico apresenta-se, na maioria dos casos, como efeito e não como causa da degradação. Por isso, a restauração, como intervenção meramente de Engenharia e Arquitetura, não basta para salvaguardar o monumento.

Talvez a causa mais freqüente de arruinamento de um edifício ou conjunto arquitetônico seja a decadência ou desaparecimento de instituições e funções sociais que o mantinham. Este é o caso dos engenhos do Recôncavo, condenados à ruína pela falência da economia e da aristocracia açucareiras. Quando isso ocorre, só a substituição espontânea ou racional da antiga por novas funções salvará o monumento da ruína e da destruição. É possível, entretanto, orientar convenientemente algumas atividades expressivas da sociedade contemporânea, como as relacionadas com a difusão cultural, a recreação e o lazer e entre estas, notadamente, o turismo, para desempenharem papel decisivo na preservação do nosso acervo cultural imobiliário.

Mudanças na ecologia da cidade e da região provocam, geralmente, transformações de usos que resultam no desvirtuamento das estruturas

que compõem o tecido urbano. As zonas comerciais, por exemplo, na proporção em que invadem áreas residenciais contíguas, são frequentemente envolvidas por anéis de transição, que se caracterizam pelo conflito entre as funções habitacionais e de negócios. Em consequência, os moradores de melhor nível econômico se transferem para bairros mais homogêneos, desaparecem as antigas relações de vizinhanças, surgem casas de cômodos e de prostituição e uma população flutuante substitui a anterior, relativamente fixa e estável. O processo alastra-se como uma mancha de óleo, degradando velhos bairros residenciais, como o Pelourinho e outras áreas centrais de Salvador¹⁰. Mudanças ecológicas podem também acompanhar a abertura de novas vias de tráfego, a expansão do sistema de transportes ou a introdução de funções estranhas a determinados bairros. Operações de renovação que se constituam em efetivo controle do uso do solo e edifícios e em melhoria da infra-estrutura e equipamentos urbanos conseguem, na maioria dos casos, anular os processos de degradação física e social.

Causas culturais, como mudanças de valores e costumes em uma sociedade em transição, podem ser também responsáveis pelo abandono de antigas estruturas, com ou sem a substituição dos antigos ocupantes e funções. Estas últimas, porém, sempre se alteram, no todo ou em parte, desde quando também se degradam. Os antigos sobrados de Salvador, por exemplo, com serviços no térreo, pavimento nobre elevado, alcovas sem abertura para o exterior e sótão destinado aos criados, reproduzem as relações de uma sociedade patriarcal, com formas de controle social que não são mais aceitas. Os atuais recursos da tecnologia, tais como exaustão mecânica, iluminação artificial e mesmo o condicionamento de ar e ascensores, possibilitam promover novos modos de utilização, com níveis de conforto equivalentes aos das construções novas.

Por fim, tem-se de levar em conta as causas físicas de deterioramento de velhas edificações: as intrínsecas, decorrentes do subsolo, das fundações, dos materiais e técnicas de construção e as extrínsecas, conseqüentes da ação prolongada de fatores naturais permanentes ou ocasionais, como inundações, correntes e acomodações de terra, ou ainda de sinistros, como explosões e incêndios. Nesses casos, a simples

restauração e consolidação estrutural podem bastar. Dispõe-se hoje de recursos técnicos, como em nenhuma outra geração, para enfrentar tais problemas. Convém lembrar que essas causas de deterioramento podem agir separadamente ou, com maior frequência, concomitantemente.

Embora fosse desejável que a reanimação se verificasse sempre com a função primitiva, o que asseguraria o mínimo de mudanças do imóvel, em muitas situações não há outra alternativa senão a conversão funcional do monumento. Esta, aliás, tem sido praticada desde a antiguidade e ainda quando não houvesse o propósito deliberado de preservar, foi, em última instância, responsável pela sobrevivência de muitos monumentos do passado. O Pantheon de Roma teria desaparecido, totalmente, se não fosse convertido, no século VII, em templo cristão. O mesmo se pode dizer da Mesquita de Córdoba, transformada em igreja católica, no século XIII. Aqui em Salvador, não fora a conversão do Noviciado da Anunciada, na Jequitia e da Quinta do Tanque, após a expulsão dos jesuítas, em colégio e leprosário, respectivamente, e esses monumentos já não existiriam ou estariam reduzidos a ruína. Nos exemplos invocados, nota-se que as novas funções atribuídas a esses edifícios guardaram certa analogia com as primitivas, o que evitou a violentação das suas características estruturais e funcionais.

A conversão de um monumento implica em difícil julgamento de valor, ou seja: até que ponto se pode integrar uma dessas edificações no circuito econômico, preservando ao mesmo tempo o seu potencial cultural? Diante dessa questão, aconselha a Carta de Veneza: "A conservação dos monumentos é favorecida quando se lhe atribui uma função útil à sociedade. A atribuição dessa função não pode alterar a ordenação e ambientação do monumento. Dentro desses limites é que é preciso conceber e se podem autorizar os arranjos exigidos pela evolução dos usos e costumes".

Espaços que originalmente serviram para congregar membros da comunidade, como igrejas e salões de solares, adaptam-se com facilidade a usos atuais do mesmo tipo, servindo como auditórios, salas de concertos e locais de exposição. Conventos e seminários que

já não abrigam irmandades religiosas se convertem, comodamente, em centros de convenções, escolas superiores, hotéis. Os grandes sobrados podem manter sua vocação habitacional, convertidos em pequenas pousadas. Em resumo, a eleição da nova destinação deve conciliar as exigências sociais à tipologia arquitetônica do imóvel.

Não há método universal para a reanimação, como não o há para o restauro, exceto a regra do caso por caso. Na impossibilidade de equacionar soluções para todos os monumentos de Salvador carentes de utilização adequada, apresentam-se, nesta publicação, três tipos de ação valorativa de unidades do nosso patrimônio cultural imobiliário, para demonstração e discussão. Escolheram-se, por esse motivo, monumentos de diferentes escalas, funções e problemática. A política de preservação do nosso acervo monumental é uma batalha que deverá ser recomeçada muitas vezes, procurando harmonizar, em cada caso, o monumento, sua nova destinação e o proprietário. Para cada edificação considerada, ter-se-á de encontrar uma vocação, mas na estreita faixa que se permitem o passado e o presente conjugados¹¹.

Seja reintegrados na sua função original, seja convertidos a novas funções, os monumentos devem reviver em nosso tempo para que possam chegar às gerações futuras pois, ao contrário dos bens de consumo, os da cultura são insubstituíveis. O Patrimônio Cultural é um capital que não se pode gastar e repor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

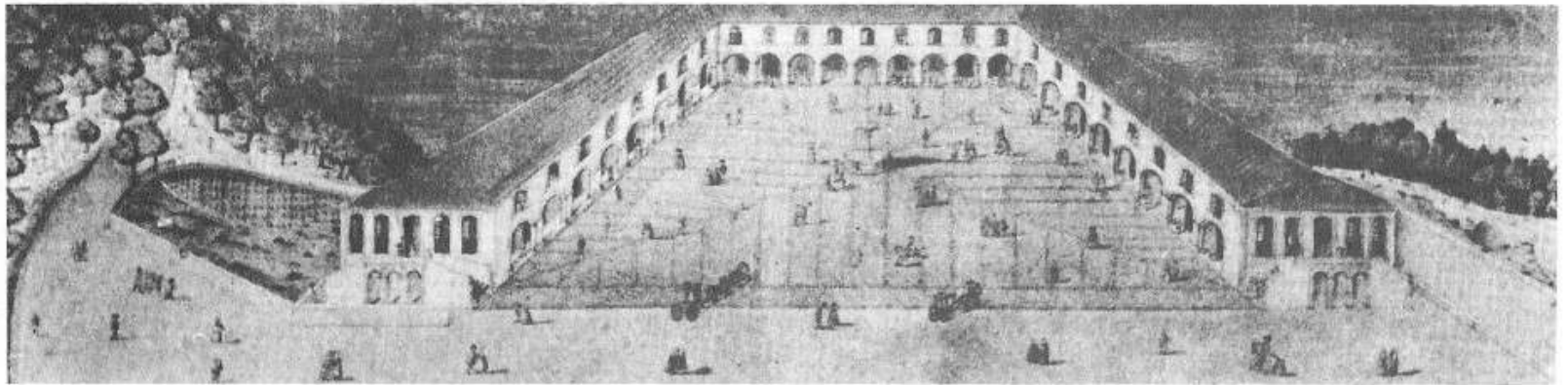
01. CARTA Internacional para a conservação e restauração de monumentos e sítios, art. 19, documento final do 2º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos, realizado em Veneza, de 25 a 31 de maio de 1964, sob o patrocínio do International Council of Monuments and Sites (ICOMOS).
02. SIMAS FILHO, Américo. *Legislação de proteção aos bens culturais*. In REVISTA DE CULTURA DA BAHIA. Salvador, (3):39-72, jan/jun, 1969.
03. Compromisso de Brasília. In: CULTURA, revista do Conselho Federal de Cultura. Rio de Janeiro, 4 (34):111-115, abr., 1970.
04. CARTA Internacional para a conservação e restauração de monumentos e sítios, art. 4º.
05. BOITO, Camillo. *I nostri vecchi monumenti — conservare o restaurare?* In NUOVA ANTOLOGIA, 87, 1886.
06. _____. *Questione pratiche di belle arti*. Milão, 1893.
07. GIOVANNONI, Gustavo. *Questioni d'architettura*. Roma, 1924.
08. _____. *Il restauro dei monumenti*. Roma, s.d. (Ca 1946).
09. _____. *Vecchie città ed edilizia moderna*. Torino, 1931.
10. AZEVEDO, Paulo e outros. *Núcleo histórico de Salvador — estudo de restauração e reintegração funcional*. Salvador, IPHAN, 1968. Mimeogr.
11. LES MONUMENTS historiques de la France; editorial n. 3/4. Paris, Caisse Nationale des Monuments Historiques, 1972.

QUINTA DO TANQUE

"Adeus, Tanque, não vou buscar saúde, nem vida, senão um gênero de morte mais sossegado e quieto ..."

Vieira

Pouco conhecida da maioria dos baianos, a *Quinta do Tanque ou dos Padres*, ou ainda *Casa Suburbana de S. Cristóvão*, é um dos mais importantes monumentos civis do Brasil. Edificada no século XVI como casa de repouso e férias dos jesuítas e seus estudantes, foi ali que Vieira se refugiou durante a última fase do cerco aos holandeses e redigiu muitos dos seus sermões e cartas nos quase 17 anos em que a habitou. O próprio Vieira a reformou quando foi Visitador da Companhia, no período compreendido entre 1688 e 1691. Mais tarde a Quinta serviu também de horto experimental, suprido de legumes e frutas o Colégio, nela sendo aclimadas espécies orientais, européias e americanas, tais como a canela do Ceilão, a pimenta do Malabar e o cacau proveniente do Maranhão.



1 — Perspectiva



2 — Quinta do Tanque — Fotografia aérea.



3 — Quinta do Tanque — Vista do Pátio.

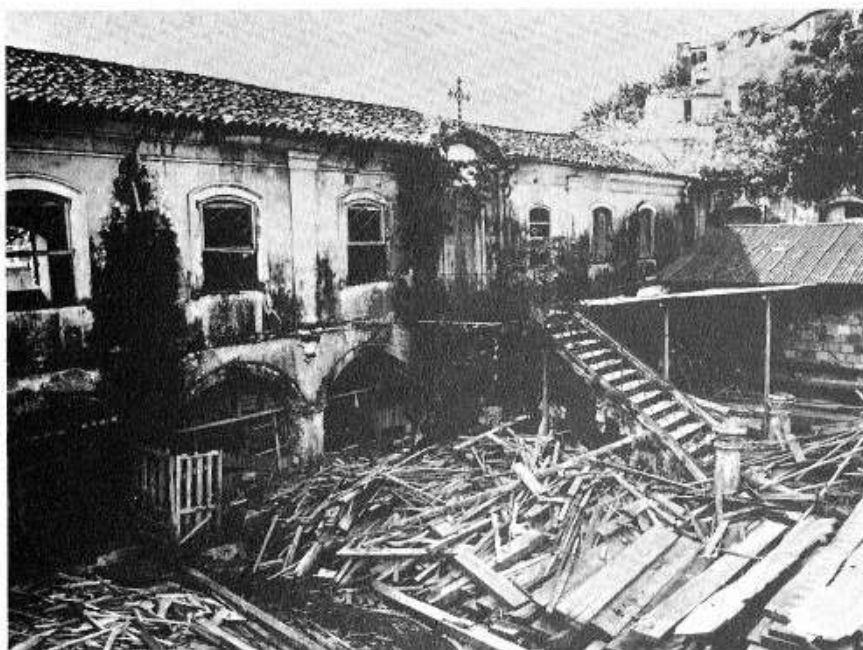
Medindo cerca de dois hectares, possuía a Quinta grandes jardins e uma represa ou tanque que lhe emprestou o nome. Desenvolvida em torno de um pátio de entrada, partido também adotado na Torre de Garcia D'Ávila, a casa obedece a rígida simetria e encontra paralelo no Palácio dos Condes de Galveias, em Lisboa e no Solar dos Morgados de Mateus, em Trás-os-Montes, ambos setecentistas. O interior do pátio, onde se situa bela fonte lobulada, é guarnecido por galerias, cujas arcadas repousam sobre impostas de tipo toscano. Este partido, tipicamente renascentista, poderá ter chegado até Portugal e Brasil através dos livros de Sebastião Sêrlio. Completa o conjunto o castelo d'água em forma de pirâmide azulejada, que faz lembrar as terminações dos campanários de igrejas baianas do século XVIII, e o aqueduto que conduzia água para os aposentos do Solar.

Pouco se conhece da primitiva disposição da casa, Serafim Leite transcreve a seguinte descrição de 1664: "Hoje tem 18 cubículos, além da arcada que rodeia o edifício, corredores e duas galerias, para jogos de movimento. Possui capela, fonte de água sempre nascente, um lago e aléias de árvores ferazes de pomos de ouro (laranjeiras) que ajudavam a repousar honestamente o espírito. E todo o gênero de legumes para o Colégio, e mandioca selecta para comer"¹.

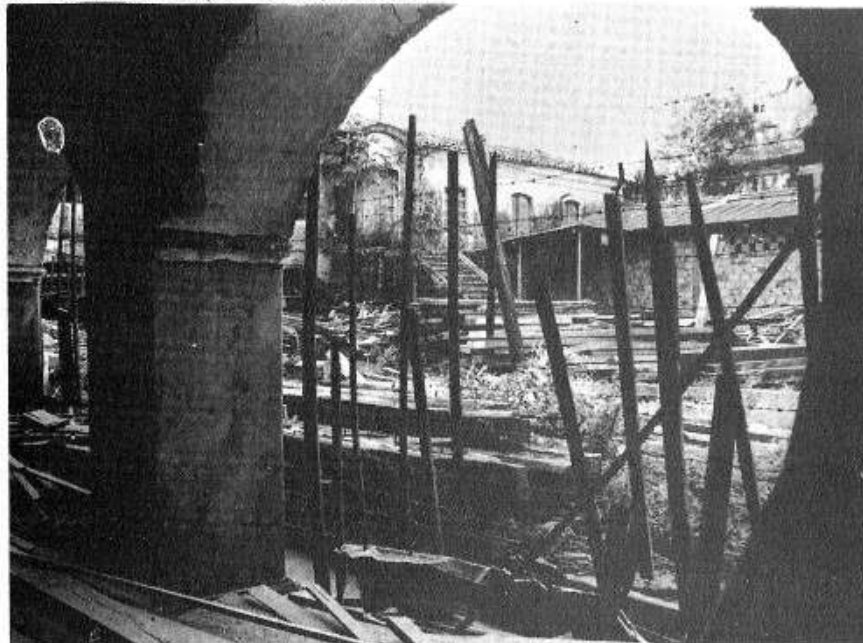
Sua feição atual é resultante das transformações que sofreu entre 1785 e 1787, quando foi transformada no Hospital Público de São Cristóvão dos Lázaros, após a expulsão dos jesuítas. Em 1876 era a Quinta convertida em asilo de mendicidade. Dessa época devem datar algumas pequenas modificações na fachada, como a escada central e as novas molduras de janelas da ala direita.

Em 1938, foi doada, juntamente com parte da fazenda Águas Claras, pelo Governo do Estado, à então Sociedade Bahiana de Combate à Lepre. Os dois imóveis deveriam ficar "fazendo parte do patrimônio da Sociedade e destinados ao fim a que ela se propõe"². Após servir durante alguns anos novamente como leprosário, a atual Sociedade Eunice Weaver da Bahia transferiu todas as suas instalações para Águas Claras, abandonando o antigo solar.

Quando foi doada pelo Estado, grande parte da propriedade já tinha



4 – Quinta do Tanque – Situação Atual.

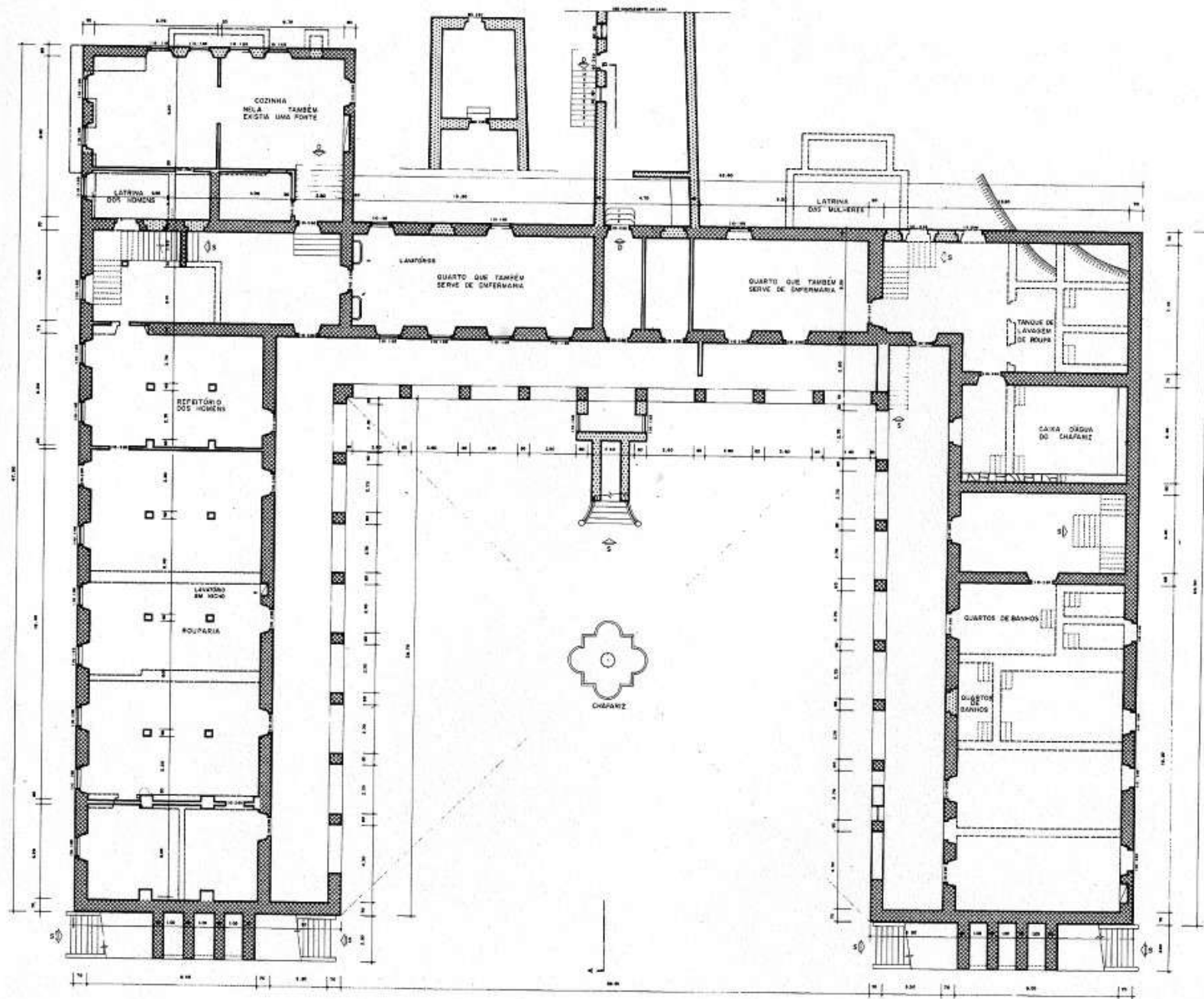


6 – Quinta do Tanque – Pátio Central visto da Galeria.

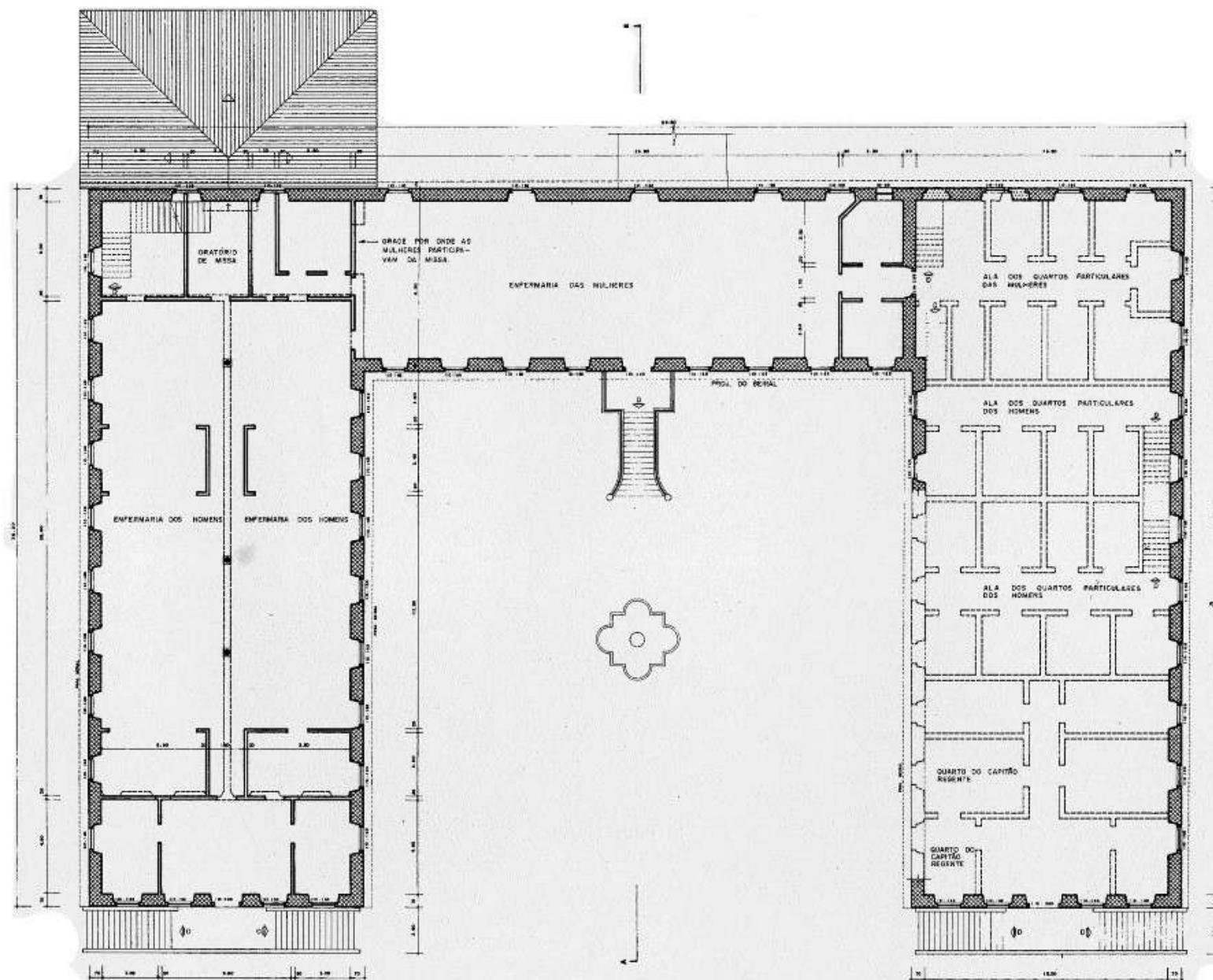
sido dada em aforamento, conforme reza a escritura. Daquela data até hoje novos aforamentos e invasões transformaram praticamente a Quinta em uma favela. Do jardim e dos dois renques de palmeiras que existiam até há poucos anos nada restou: tudo ocupado por oficinas e barracões. A ala direita do monumento foi reduzida a ruínas por um incêndio ocorrido, não faz muito tempo, e o restante do prédio está condenado ao mesmo fim, pois ali estão instaladas serrarias e oficinas mecânicas.

5 – Escada Central





QUINTA DO TANQUE. planta cronológica pav. térreo



QUINTA DO TANQUE. planta cronológica pav. superior

1787 ou anterior
século XIX, ca. 1876

século XX
elementos desaparecidos

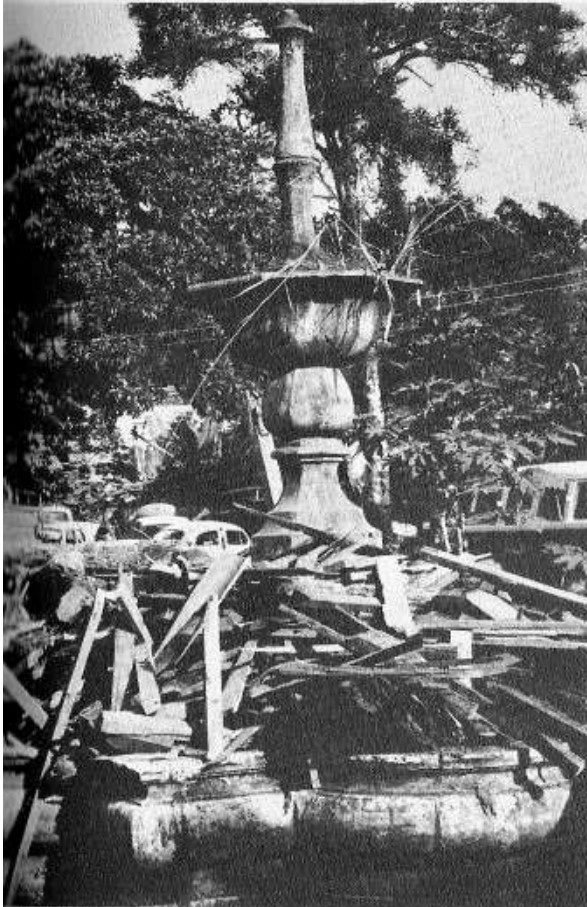
0 1 2 3 4

RESTAURAÇÃO E REUTILIZAÇÃO

Apesar do seu estado presente, a Quinta apresenta todas as condições para uma reanimação social e econômica. Situada à margem da futura Av. Vale do Queimado, uma das vias básicas de tráfego do sistema viário da cidade, ela está a meio caminho entre o porto e o Acesso Norte de Salvador e tem comunicação, igualmente fácil, com o antigo e o novo centro administrativo, através de avenidas de vale.

O inquérito socioeconômico realizado no local revelou que, mediante custos relativamente baixos, pode-se recuperar, ali, uma área de 14.000 m², para recomposição da vegetação e implantação de estacionamentos. Contaria assim, o imóvel, com acesso para duas ruas e jardim frontal de 90 metros de extensão. O edifício, com área recuperável de 3.122 m², oferece grandes comodidades, tais como amplos salões com dupla orientação, circulações predominantemente horizontais e um microclima particularmente ameno, suscitado pela orientação e partido adotados.

Dentro da classificação proposta por Ambrogio Annoni³ para efeito de restauração, a Quinta deve ser considerada *monumento periclitante*, condição que decorre não só de fatores intrínsecos, qual a falta de contraventação de alguns muros, como de fatores extrínsecos, relacionados com o tipo de utilização. Ocorre ainda que, por força de múltiplas ocupações, o edifício perdeu completamente a sua ordenação espacial e feição interna.



8 – Quinta do Tanque – Fonte.



9 – Quinta do Tanque – Pia existente no antigo refeitório.



7 – Quinta do Tanque – Interior. Utilização atual.



QUINTA DO TANQUE . perspectiva copla de croquis de lucio costa

A ação recuperadora e valorizadora seria, neste caso, de consolidação e reordenação funcional. Consolidação aqui compreendida no sentido estrutural mais amplo, isto é, não apenas construtiva, mas também da funcionalidade social do monumento. Para o planejamento dessa intervenção é necessário, porém, conhecimento mais minucioso quanto possível do imóvel e da sua evolução.

Embora não se saiba, em todos os aspectos, a disposição original do edifício, existem documentos precisos para identificá-la, a partir da sua conversão em leprosário, no Governo de D. Rodrigo José de Menezes e Castro. O mais importante, é a aquarela do Ten. Vicente Pinheiro de Lemos Fontoura, em poder do Arquivo Militar do Rio de Janeiro, que reproduz as duas plantas e perspectiva do monumento, por ocasião das obras de reforma (1785-1787). O volume representado, nesses traçados, coincide exatamente com o atual, exceto a escada central e o anexo do fundo, que teriam sido introduzidos, provavelmente, em 1876, durante as obras de instalação do Asilo de Mendicidade. Mediante comparações do levantamento do Ten. Vicente Fontoura com o atual, e a análise *in loco* das técnicas construtivas, foi possível compor plantas cronológicas, onde estão identificados todos os elementos preservados, destruídos ou acrescentados.

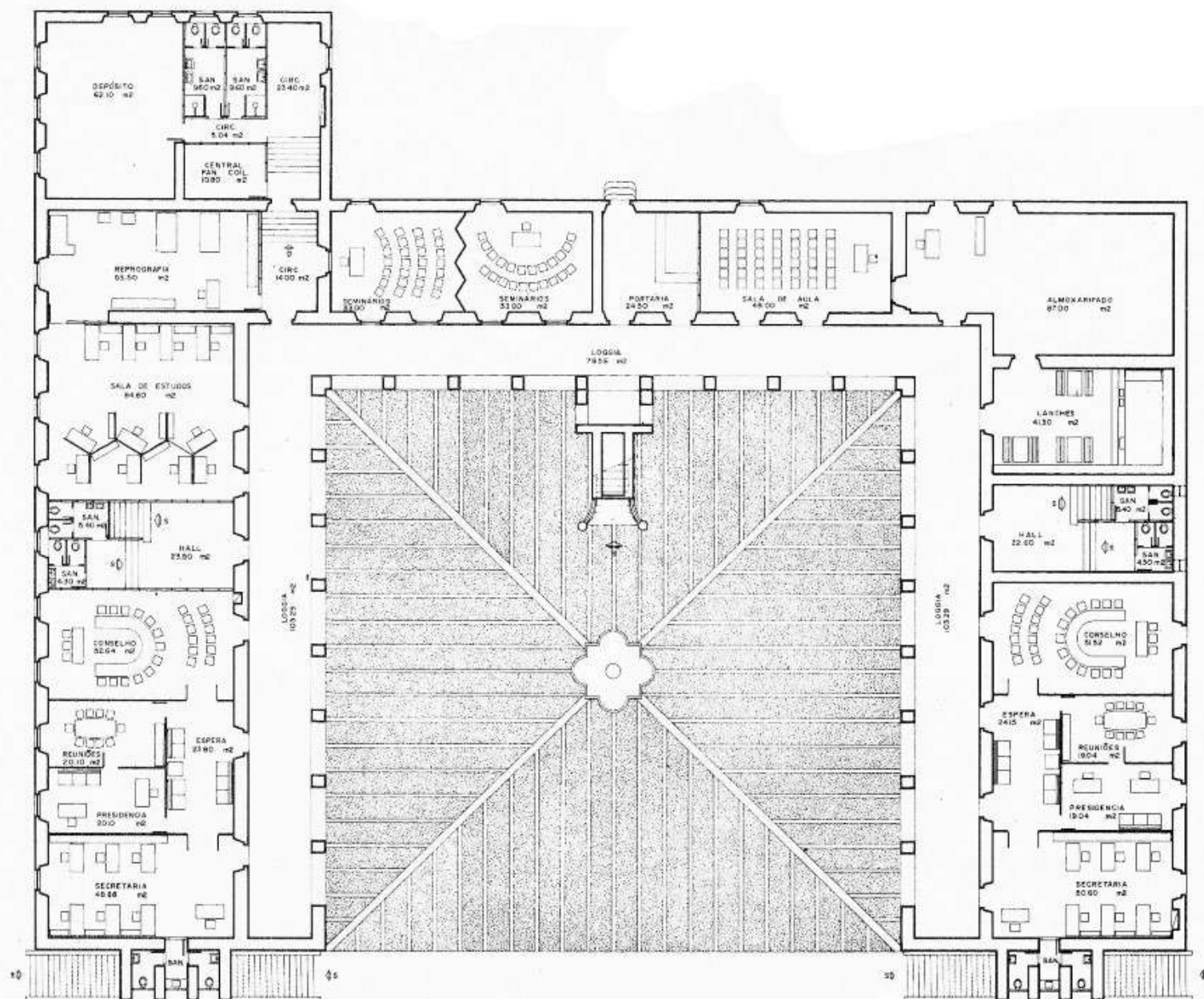
À primeira vista, pode parecer que, de posse deste estudo, a restauração deveria consistir na eliminação do que foi posteriormente acrescentado e reconstrução do que se suprimiu. A adoção desse critério, que é a tese dos restauradores historicistas, não resiste a análise mais profunda. De fato, nem se conhece a primitiva construção. Se se decidisse reconstruir a planta do Ten. Vicente Fontoura, ter-se-ia, para maior coerência, de reinstalar o antigo leprosário, já que para esse uso específico se destinavam as instalações apresentadas no documento. Ora, reconstruir um leprosário segundo modelo de dois séculos atrás e em local inadequado, seria um contra-senso. Segundo a mesma teoria, dever-se-iam eliminar todos os elementos introduzidos posteriormente àquela planta, inclusive os que se integraram harmoniosamente ao edifício, como a escada central, que testemunham a evolução e vivência do monumento. Ainda se a restauração, assim concebida, pudesse ser perfeita, não seria desejável, pois estaríamos diante de uma contrafação.

Preferiu-se, no projeto de recuperação, adotar o critério preconizado por Boito e desenvolvido por Giovannoni e Annoni: conservar todos os elementos historicamente originais e aqueles posteriores que apresentam interesse arquitetônico, como a escada central; eliminar os recentes, sem mérito artístico e que comprometem a leitura e interpretação do monumento, como os pilares e lajes de concreto, introduzidos na ala esquerda e, finalmente, diferenciar todos os acréscimos novos que foram introduzidos por exigência estrutural ou de reordenação funcional, como divisórias, escadas, muros, etc. Como visto, esta orientação é hoje a única aceita e recomendada, inclusive, pela Carta Internacional de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (Carta de Veneza).

Não sendo viável, por motivos econômicos e sanitários, reintegrar o prédio na antiga condição de leprosário, só resta a possibilidade de convertê-lo para nova função. Aliás, ao longo da sua existência, a Quinta experimentou várias conversões funcionais. Construída para casa de repouso, foi duas vezes leprosário, uma vez asilo de velhos e por fim, serraria.

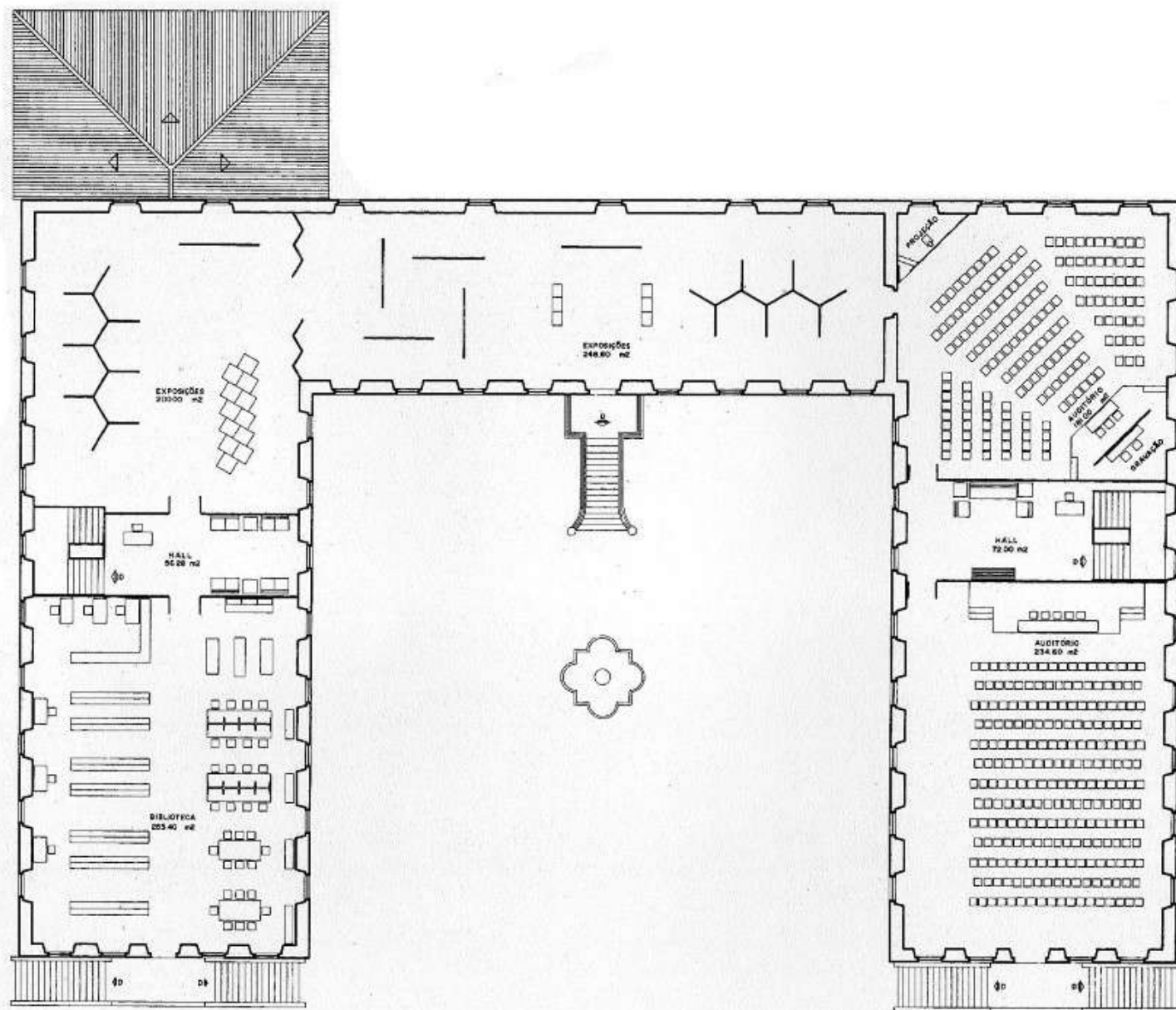
Dado o porte e importância arquitetônica e histórica do monumento, seria desejável que ele encontrasse uma destinação pública compatível com a sua significação cultural. Não sendo mais utilizada pela Sociedade Eunice Weaver da Bahia, "para o fim a que ela se propõe", conforme reza a escritura de doação, é justo que o Estado lhe dê melhor utilização social.

A existência de poucas divisórias internas originais possibilita grande amplitude de opções de reutilização. Dentre as várias hipóteses de uso atual, preferiu a Coordenação de Fomento ao Turismo, após consulta aos órgãos interessados, propor a instalação, na Quinta, de um centro para pequenas convenções e cursos. Visando à plena utilização do monumento e garantindo, assim, a sua ocupação contínua, propôs, ainda, que ali se instalassem os Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura. Para as obras de restauração e adaptação já existem recursos do Governo Federal, consignados no Plano de Recuperação das Cidades Históricas do Nordeste.



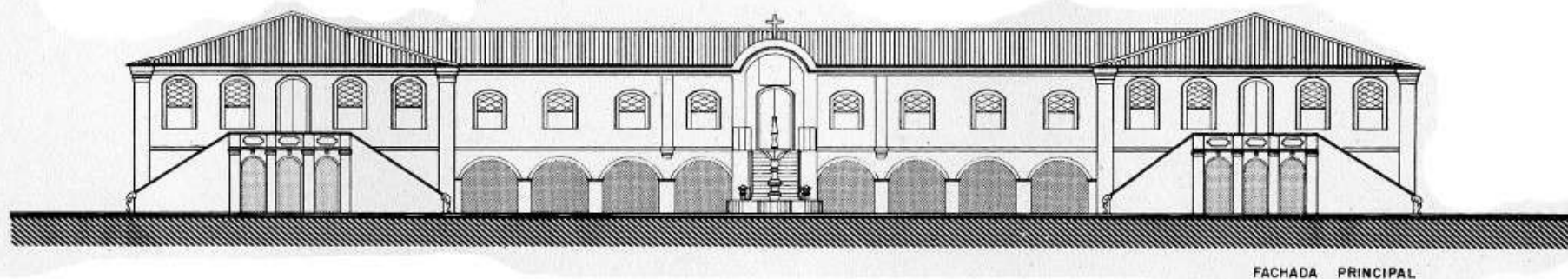
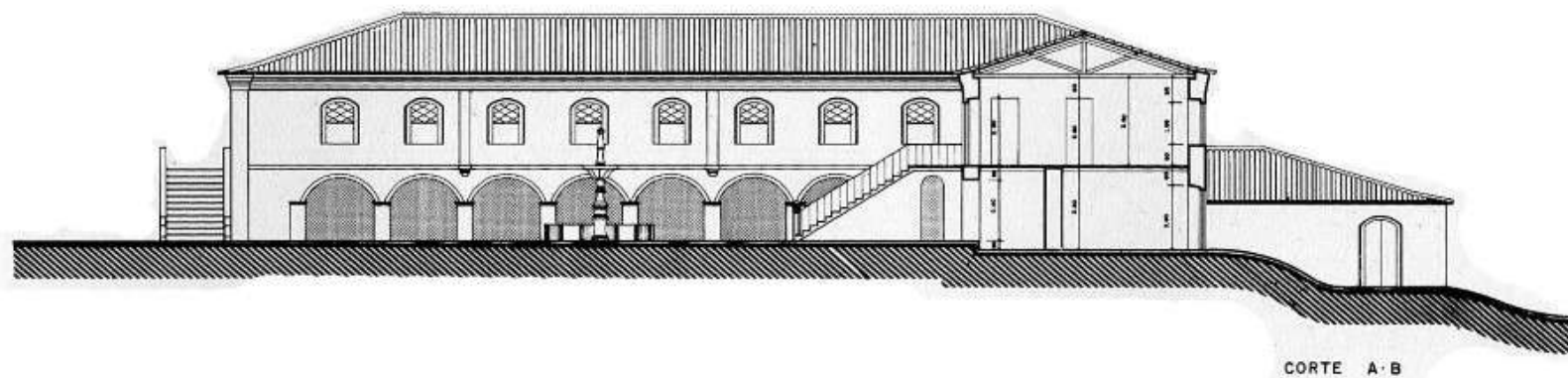
QUINTA DO TANQUE. proposta de restauração e reutilização . pav. térreo





QUINTA DO TANQUE . proposta de restauração e reutilização . pav. superior

0 1 2 3 10m



QUINTA DO TANQUE . proposta de restauração e reutilização . corte e fachada

0 1 2 3 10 m

Na elaboração do projeto de reanimação da Quinta do Tanque procurou-se situar no andar superior os grandes salões públicos, isto é, dois auditórios, uma biblioteca especializada em educação e obras de cultura geral, e dois salões de exposição. No térreo, além das instalações para as reuniões e atividades dos dois Conselhos, foram previstas salas para aulas, seminários e trabalhos individuais, seção de reprografia, cantina e compartimentos para os demais serviços de apoio. A fim de atender à nova função do edifício, foram projetadas duas escadas, uma na ala direita, onde já existiu outra antiga, e a segunda na esquerda, em posição simétrica à anterior. Sob os patamares foram localizados dois conjuntos de sanitários. Tratando-se de elementos novos, preferiu-se utilizar materiais e técnicas caracterizadamente modernos, como pré-moldados de concreto. As demais divisórias deverão ser painéis removíveis de madeira, executados segundo modelo especial.

Empregando divisórias removíveis e pré-moldadas, assume-se uma posição mais sincera e facilita-se a leitura do monumento, conferindo-lhe estrutura flexível que permitirá adaptá-lo, em qualquer tempo, para outros tipos de utilização. Em vista do caráter de mobilidade desses elementos, cumprir-se-á um dos princípios mais importantes da teoria da restauração: o da *reversibilidade* de todas as intervenções de restauro.

A aplicação de uma diretriz da arquitetura do século XX, como o *plano livre* ou seja, a flexibilidade da planta, a uma estrutura do século XVI, vem demonstrar que não há conflito entre arquitetura antiga e moderna, mas um processo de continuidade histórica, que é o principal objetivo de preservação e restauração de monumentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

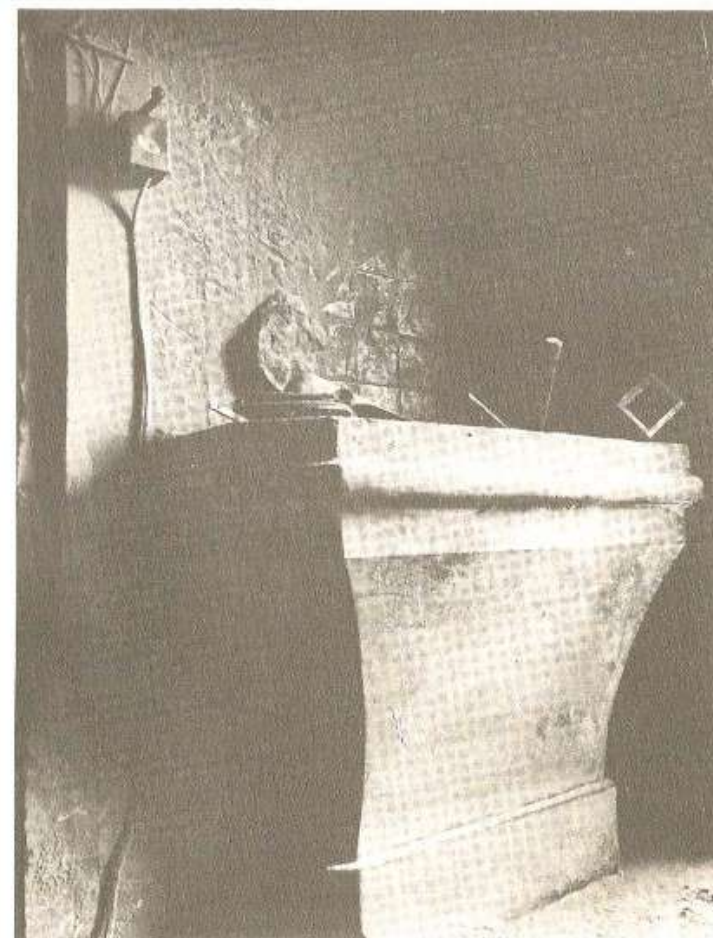
1. LEITE S.J., Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa, Rio de Janeiro, 1938-1956. v.5, p.161-163.
2. ESCRITURA de doação transcrita às folhas 60v. do livro nº 170, do 4º Ofício de Notas e datada de 10.08.1938.

10 — Quinta do Tanque — Pia existente na antiga enfermaria.

3. ANNONI, Ambrogio. *Scienza ed arte del restauro architettonico*. Milano, 1946.

REFERÊNCIAS FOTOGRÁFICAS

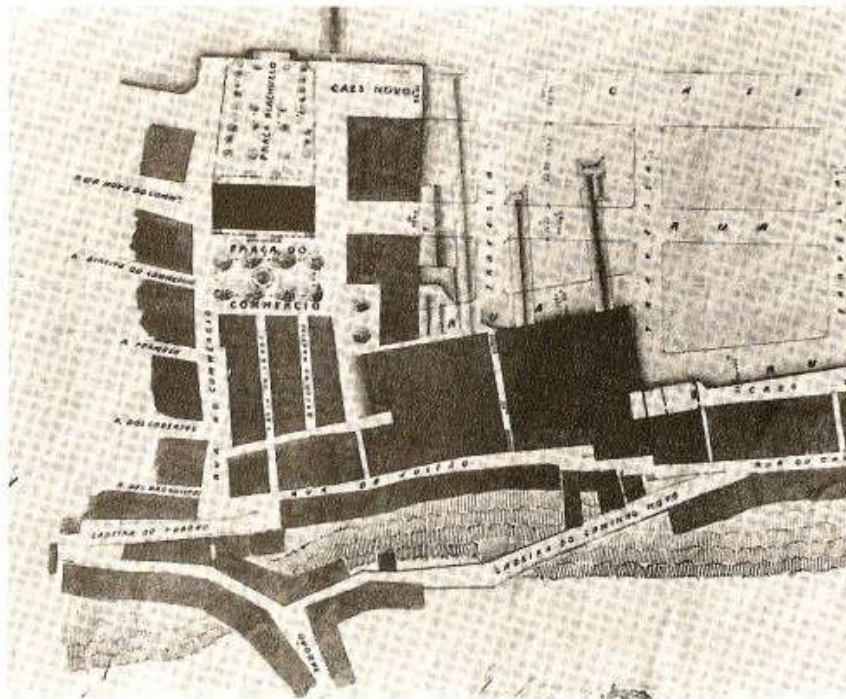
- 1 — Quinta do Tanque — Perspectiva de Autoria do Tenente Vicente Pinheiro de Lemos Fontoura datada de 1787 e pertencente ao Arquivo Militar do Rio de Janeiro reproduzida por FERREZ, Gilberto in "As cidades do Salvador e Rio de Janeiro no Século XVIII. Álbum Iconográfico Comemorativo do Governo no Brasil. Rio de Janeiro, IHGB, 1963.
- 5 — Quinta do Tanque — Escada Central introduzida por ocasião da instalação no monumento do asilo de mendicidade.



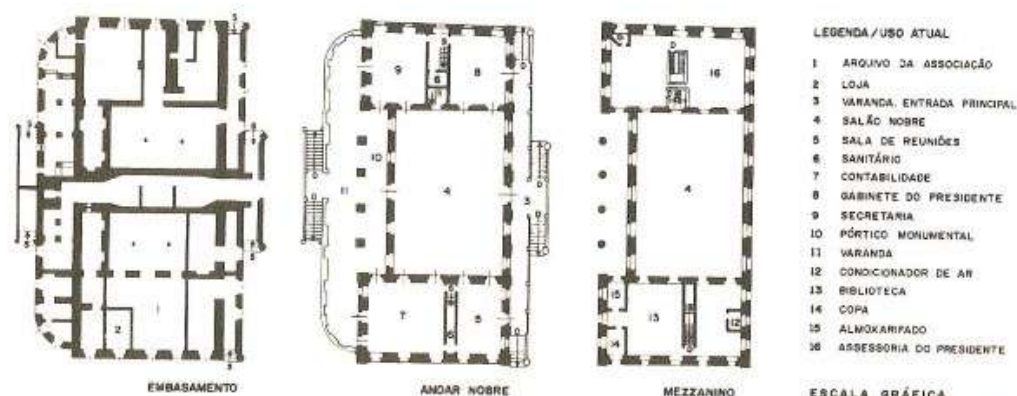
"A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada, como também o ambiente no qual ela se insere".

O Paço da Associação Comercial da Bahia é o melhor exemplar de arquitetura civil do século XIX, no Estado. A par do seu valor arquitetônico, possui significação histórica particular, pois inaugura a transição entre o Rococó e o Neoclássico, nas edificações baianas, antecipando-se, de muito, à construção religiosa na adoção do novo estilo¹.

A elegante construção palaciana assenta-se sobre um embasamento constituído de pequenas lojas que se abrem diretamente para a rua. O palácio propriamente dito está formado por três corpos contíguos de construção, que se distinguem por seus tímpanos. O central e mais largo inclui o grande salão nobre, com pé direito duplo e um pórtico monumental sustentado por quatro colunas jônicas. Os dois corpos laterais e simétricos, além do piso principal, possuem mezzaninos que articulam entre si e servem a funções administrativas. Internamente, decoram o edifício guirlandas e coroas em baixo



1 – Praça Riachuelo em 1873



2 – Paço da Associação Comercial – Planta Baixa, Térreo, 1º Pav. e 2º Pav.

O Paço da Associação Comercial da Bahia pode ser considerado uma reação ao Rococó, sob a influência do Neoclássico de Robert Adam e seus irmãos, criadores do chamado “Estilo Adam”, na Inglaterra. Tal como nas obras desse estilo, exhibe influências indiretas do Renascimento Italiano, especialmente no pórtico, que se assemelha aos de André Palladio, em Vicenza. Curiosa é a semelhança do edifício baiano com a sede da Historical Society, no Campus de Yale, nos Estados Unidos³.

Plantado originalmente à beira-mar, na área resultante da demolição do Forte de São Fernando, tinha o palácio acesso pela Praça do Comércio, mais tarde denominada dos Tamarindos, por motivo da sua arborização, e finalmente, Conde dos Arcos. Demonstra todo o projeto notável compreensão espacial do sítio e da paisagem, que foram teatralmente valorizados. Partindo-se da “piazzetta” do Comércio, galgava-se por uma das quatro escadas, o amplo salão nobre, situado a cavaleiro da praça e da marinha. Para enfatizar as dimensões desse espaço, abriam-se sobre o salão, como sobre um largo, as pequenas janelas de mezzaninos. O imenso salão era a preparação para um espaço ainda maior: a marinha. Dele se descorria a paisagem, através do pórtico monumental. E este era o verdadeiro prosccênio do anfiteatro formado pela Baía de Todos os Santos.

As obras de urbanização e ajardinamento que se realizaram na vizinhança do palácio, no século passado, demonstram perfeita compreensão do projeto de Fidié. A instalação, em 1855, de um chafariz, na Praça dos Tamarindos, substituído em 1911 pela estátua do Conde dos Arcos, e a do monumento a Riachuelo, na praça do mesmo nome, em 1874, serviram para enfatizar o grande eixo de composição do conjunto e integrar dinamicamente os três espaços: “piazzetta”, salão e praça. Do mesmo modo, a colocação de grades em torno das duas praças reflete a preocupação em manter esses dois espaços como partes integrantes do edifício, tanto assim que, embora franqueadas ao público, a Associação Comercial assumiu a responsabilidade da sua manutenção, o que fez até o final deste século.



3 – Praça Riachuelo por ocasião das obras de prolongamento da Rua Miguel Calmon



4 – Fotografia aérea vendo-se a fachada posterior da Associação Comercial.

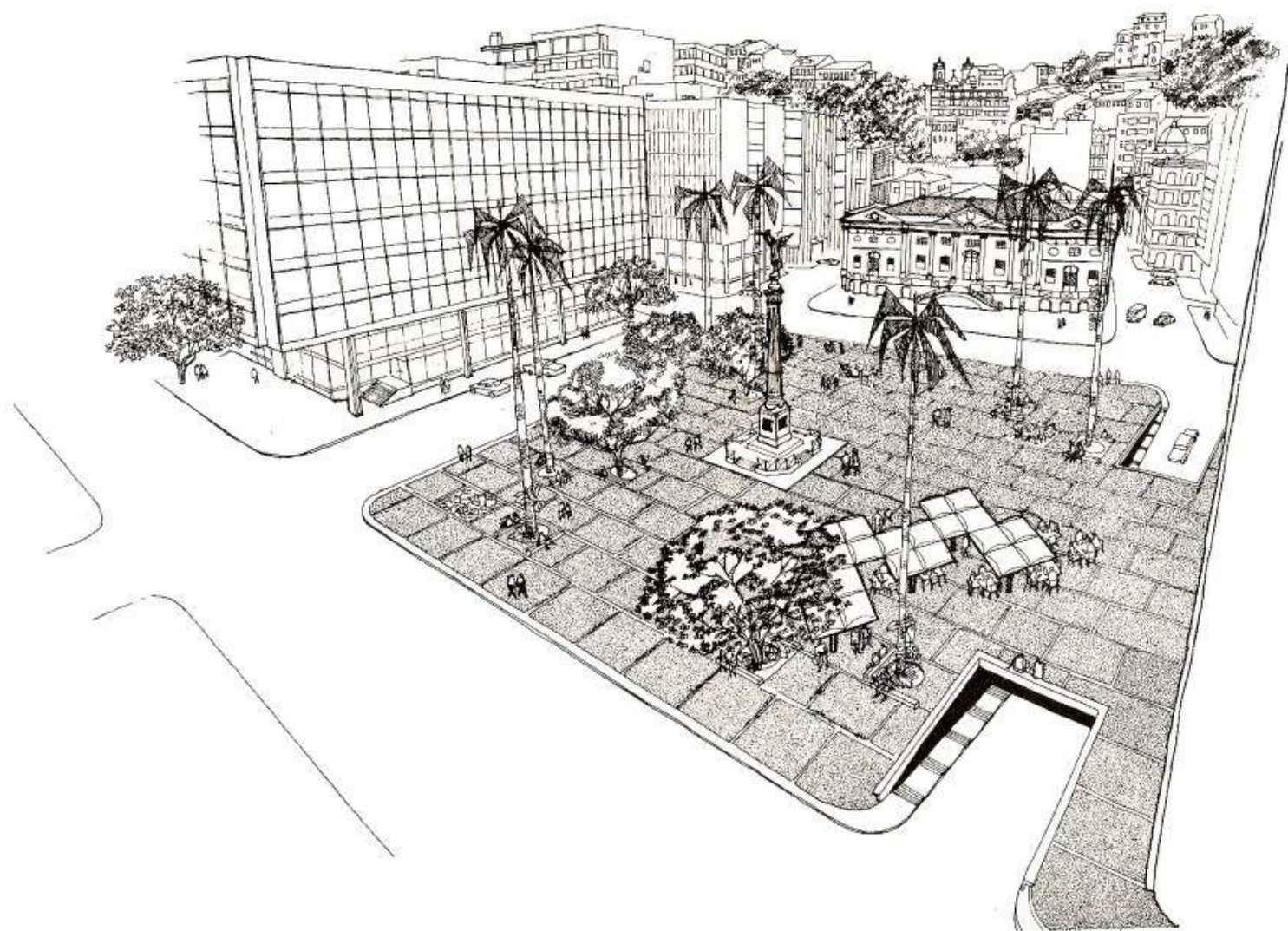
PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO

A tradicional entidade das classes empresariais tem, ao longo da sua existência, sabido manter a sua sede com exemplar cuidado, podendo-se mesmo afirmar que este é um dos mais bem conservados monumentos de Salvador. Recomenda-se, porém, a promoção de estudo, por escritório especializado em mecânica do solo, sobre as condições das fundações da ala Norte, cujo recalque vem provocando lenta rotação dessa parte do edifício.

Se o edifício se mantém em bom estado, sua ambiência está, contudo, ameaçada, comprometendo-lhe a significação e importância, pois é impossível compreender o Paço da Associação Comercial sem a integração das duas praças que o circundam. Não resta dúvida que o tratamento dispensado pelo arquiteto Fidié ao pórtico posterior do prédio tinha como única função valorizar o espaço que mais tarde seria transformado na Praça Riachuelo.

Em 1870, pela primeira vez cogitou-se de ampliar as docas de Salvador, o que ameaçaria de destruição essa praça, pelo prolongamento da Rua Miguel Calmon. Quando da realização dessas obras, quarenta anos mais tarde, o Governo Federal expediu o Decreto nº 9.293, de 13 de janeiro de 1912, referente aos melhoramentos do Porto de Salvador. A cláusula VIII desse documento foi alterada pelo Decreto 10.450, de 18 de setembro de 1913, no qual se lê que o Governo da República, atendendo ao requerimento da Associação Comercial, relativo aos terrenos acrescidos, contíguos ao seu edifício, e tendo em vista a declaração da Companhia Concessionária das Docas do Porto da Bahia, feita ao Ministro da Viação e Obras Públicas, quanto à cessão dos ditos terrenos, reformula o disposto naquele inciso, o qual passou a ter a seguinte redação:

“A Companhia cederá, na forma da cláusula VI, os terrenos aterrados que forem precisos à construção do novo edifício da Associação Comercial da Bahia e embelezamento dessa localidade, de conformidade com o traçado que acompanha o Decreto nº 7.119, de 17 de setembro de 1911”.

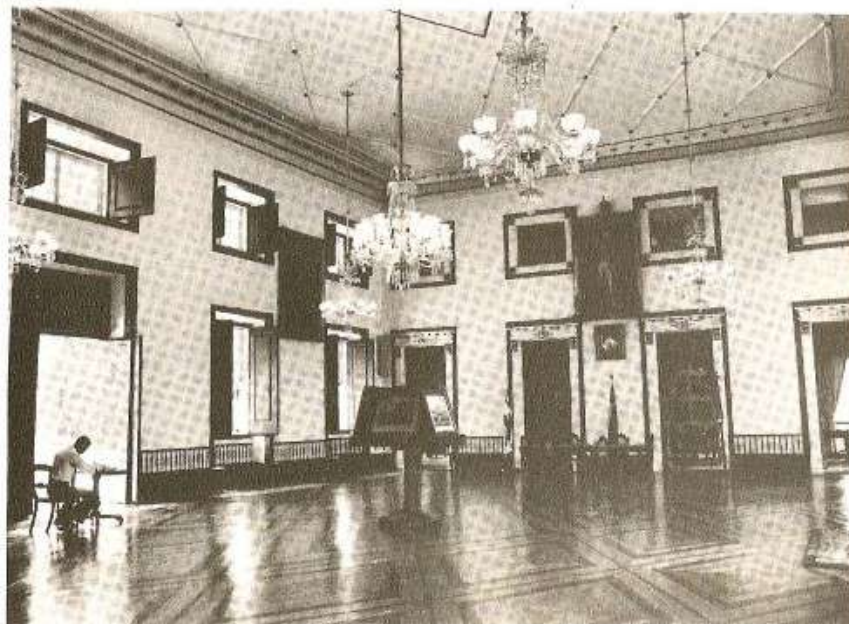


NOVA PRAÇA RIACHUELO . perspectiva

Como não existisse volume de tráfego que o justificasse, a praça não foi imediatamente destruída. A Inspetoria de Urbanização e Jardins da Prefeitura Municipal do Salvador sugeriu, em 1936, que a Associação Comercial retirasse as grades do jardim, mas sua diretoria negou seu assentimento, argumentando que as grades integravam o monumento, que era a própria Associação Comercial⁴. Dez anos mais tarde, desapropriada pela Prefeitura, foi a praça destruída, para permitir a ligação da Rua Miguel Calmon com a Avenida Frederico Pontes.

Até 1960, mantiveram-se desocupadas as duas quadras doadas à Associação Comercial pelo Decreto nº 10.450 e situadas em frente à sua sede. Naquele ano, a entidade cogitou de vendê-las a grupos que pretendiam edificá-las, o que motivou protesto do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao qual se juntou o pronunciamento público da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal da Bahia. Baseando-se na interpretação do Decreto nº 10.450, que destinava a doação "à construção do novo edifício da Associação Comercial da Bahia e *embelezamento dessa localidade*", o IPHAN considerou "non aedificandi" a quadra imediatamente vizinha

6 – Paço da Associação Comercial – Salão nobre.



5 – Paço da Associação Comercial – Detalhe do Pórtico posterior.

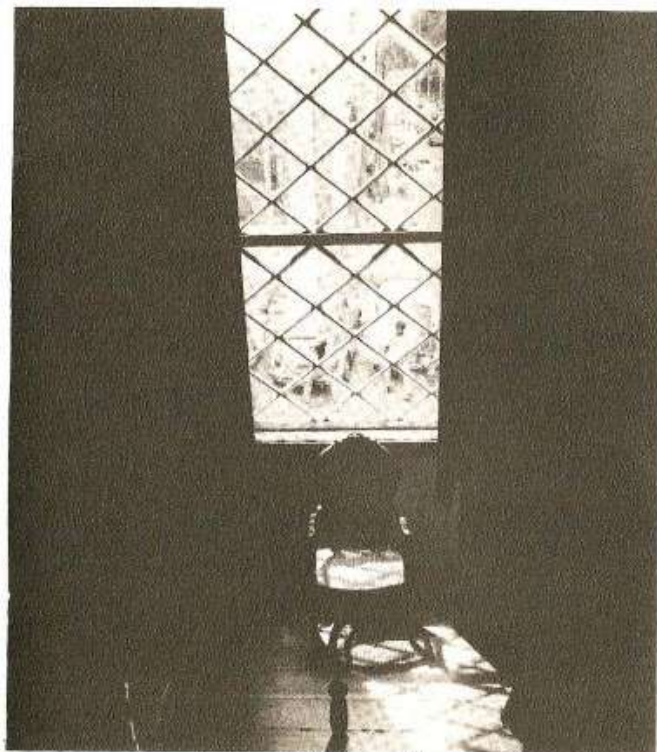
ao palácio e permitiu a venda da outra ao Banco do Estado, já que a diretoria alegava não pretender construir nova sede. Como insistissem, os dirigentes da Associação, em alienar a outra quadra, o IPHAN moveu ação judicial, fundamentada no que estabelece o Artigo 18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, alegando que:

“Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncio ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto”.

A questão permanece na Justiça, sem solução. Se porventura tiver

ganho de causa o IPHAN, preservar-se-á a ambiência do palácio e perderá a Associação Comercial qualquer direito de compensação. Se, ao contrário, esta vencer, mutilar-se-á um dos melhores monumentos baianos e perderá a cidade a última clareira ainda aberta, no congestionado bairro do Comércio.

Poder-se-ia argüir que já não há mais ambiência a proteger, modificada que foi a primitiva pelas novas construções. Na verdade, o espaço urbanístico substancialmente existe, embora sua adjetivação tenha-se transformado. A preservação do espaço que se conservou é indispensável para garantir a visibilidade e escala do monumento, assim como para manter a relação volume-espaço. A escala foi, em parte, defendida com a limitação, pelo IPHAN, do gabarito dos prédios construídos em torno das duas praças. Embora este ainda pareça elevado, evitou-se o pior, isto é, que as construções atingissem a cota de 45 m, permitida pela Prefeitura.



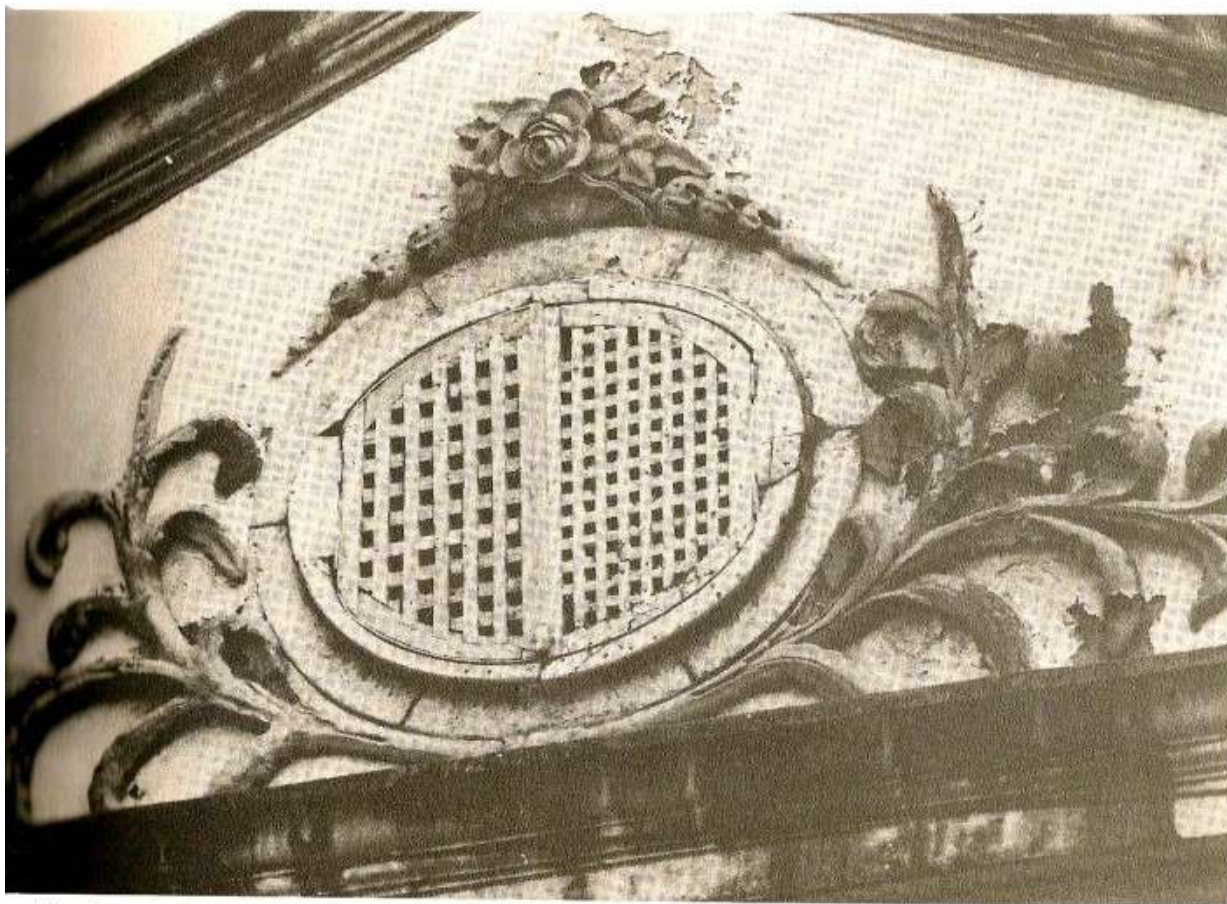
7 — Paço da Associação Comercial — Detalhe do Interior.



8 — Paço da Associação Comercial — Detalhe da fachada principal.



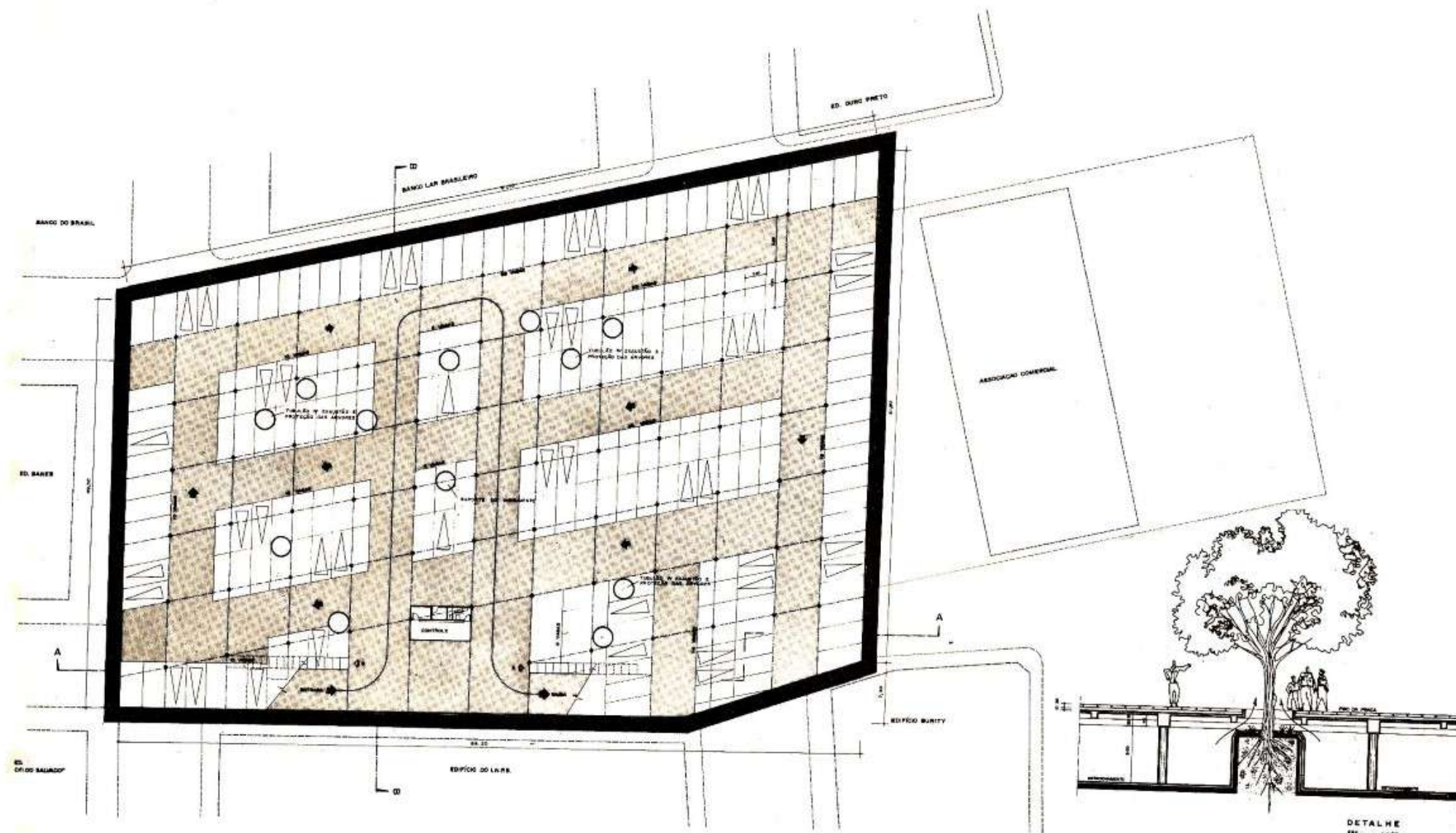
9 — Paço da Associação Comercial — Detalhe da Portada.



10 - Poço da Associação Comercial — Detalhe do óculo de um dos tímpanos.

Busca-se, com o presente projeto, encontrar uma solução política, uma divisão dos riscos e do ônus, entre o poder público e os interesses privados. A proposta consiste em recriar a Praça Riachuelo, agora com 2.630 m², e deslocar para o seu centro o monumento ali existente, comemorativo da batalha naval. Assim, valorizar-se-ia o palácio pela preservação da sua visibilidade e domínio espacial e pela criação de uma área de estar e lazer para os que trabalham nessa parte da cidade ou a freqüentam. A solução facilitaria, ainda, o tráfego na ligação Miguel Calmon—Frederico Pontes, pela remoção do monumento a Riachuelo, o que permitiria, também, um espaço condigno para as solenidades cívicas que ali se realizam. A nova praça deverá contar com todas as facilidades para a permanência do público: bancos, áreas sombreadas, telefones públicos, mesas cadeiras e atendimento de serviços de bar.

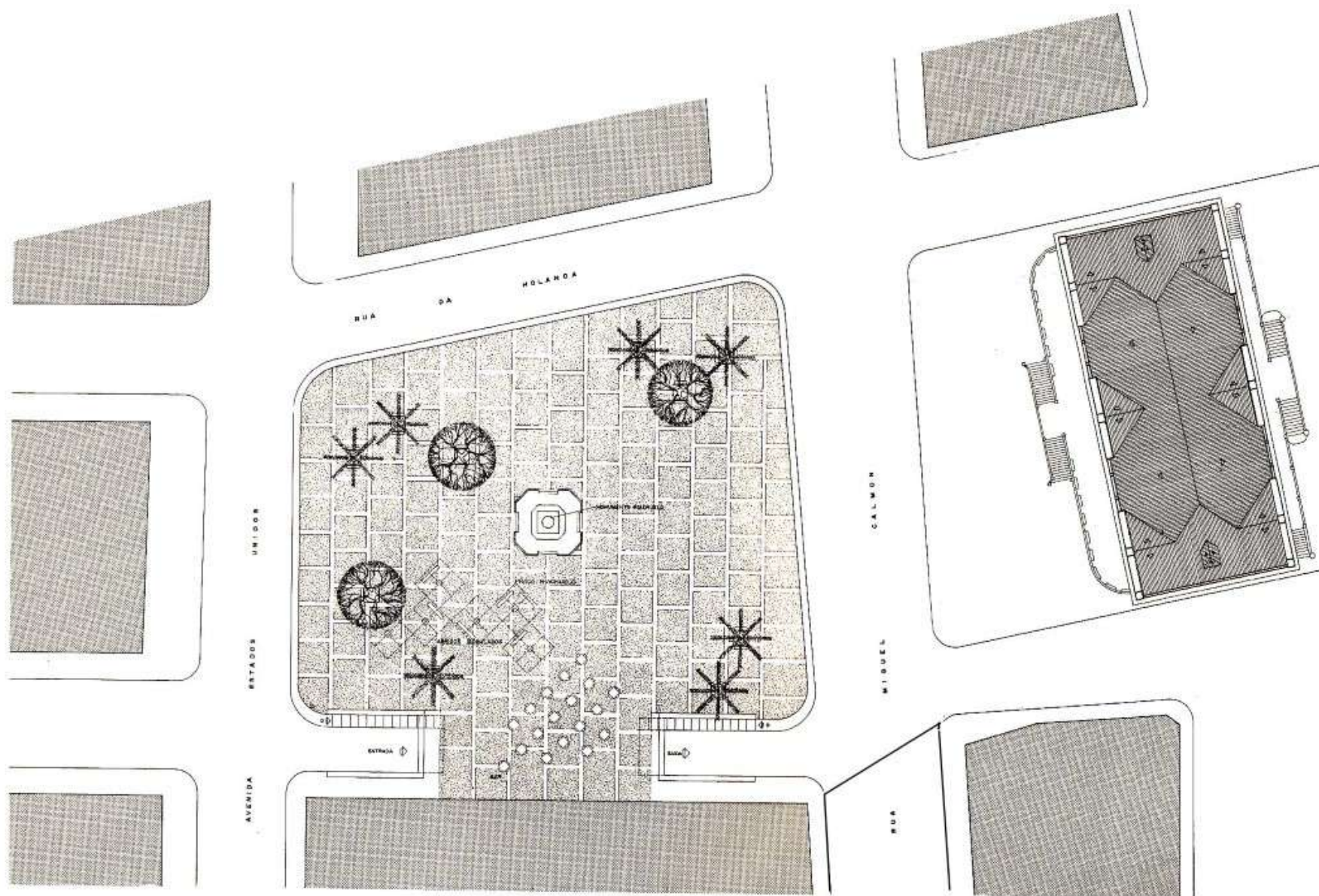
Para a execução do projeto consideraram-se duas opções. A primeira e mais simples, consistiria na permuta daquela quadra por terreno na área do novo Centro Administrativo da Bahia, ou ainda, por uma das sedes das Secretarias que se estão transferindo para esse local. A perspectiva de valorização dos terrenos vizinhos ao CAB e a tendência, que já se verifica, de estabilização dos localizados na zona do comércio, tornam a primeira hipótese aparentemente mais interessante para a Associação Comercial. A segunda opção consistiria em admitir um uso econômico da quadra em questão, sem prejuízo da ambiência do monumento, isto é, uma utilização subterrânea. Mediante entendimentos entre o Governo Municipal e a Associação Comercial da Bahia, renunciaria esta ao uso superficial da área e seria autorizada a utilizar o subsolo não só da sua quadra, mas também das ruas perimetrais. O espaço conquistado, nessas condições, seria da ordem de 5.200 m², ou seja, três vezes e meia maior que a superfície atual de propriedade da instituição. Isso permitiria construir um estacionamento subterrâneo com 185 vagas ou, caso se preferisse uma solução em dois planos, com o duplo de vagas. Os estudos de viabilidade econômica do projeto revelaram que existe grande mercado para estacionamentos horizontais de veículos, no centro de Salvador, podendo-se assegurar o retorno dos investimentos, num período de seis a sete anos, ou talvez menor, caso adotada a solução em dois planos. Em face da sua intensa rotatividade, os estaciona-



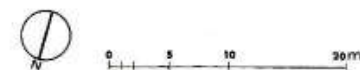
NOVA PRAÇA RIACHUELO . sub-solo

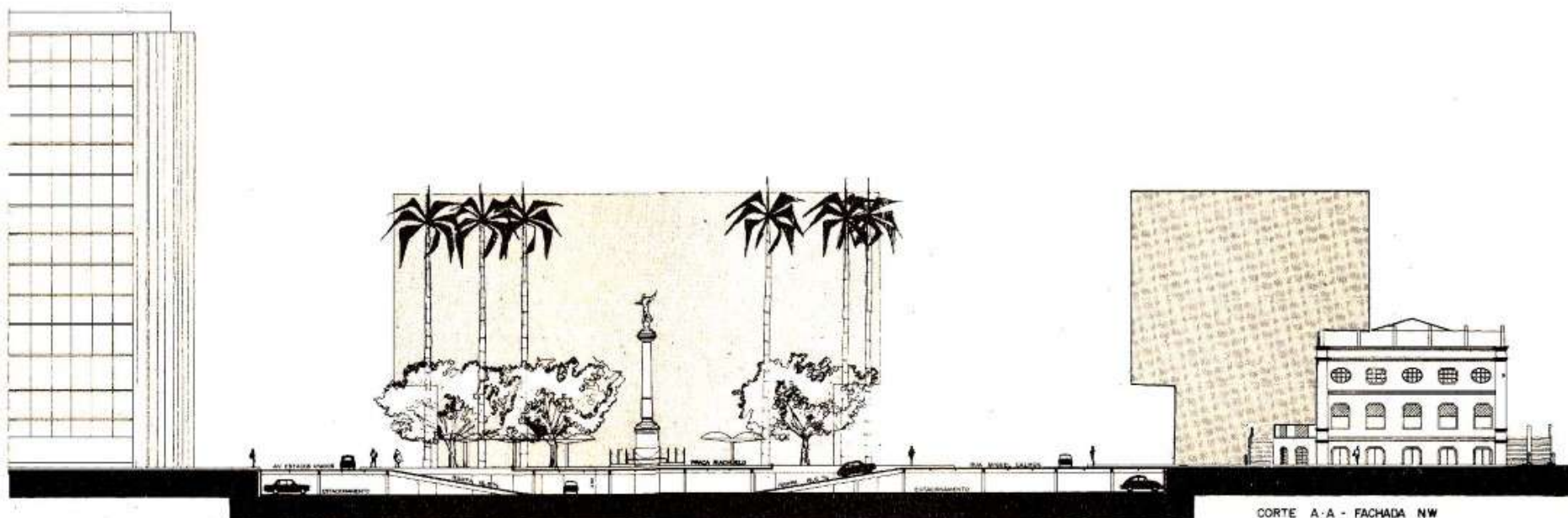


0 5 10 20m

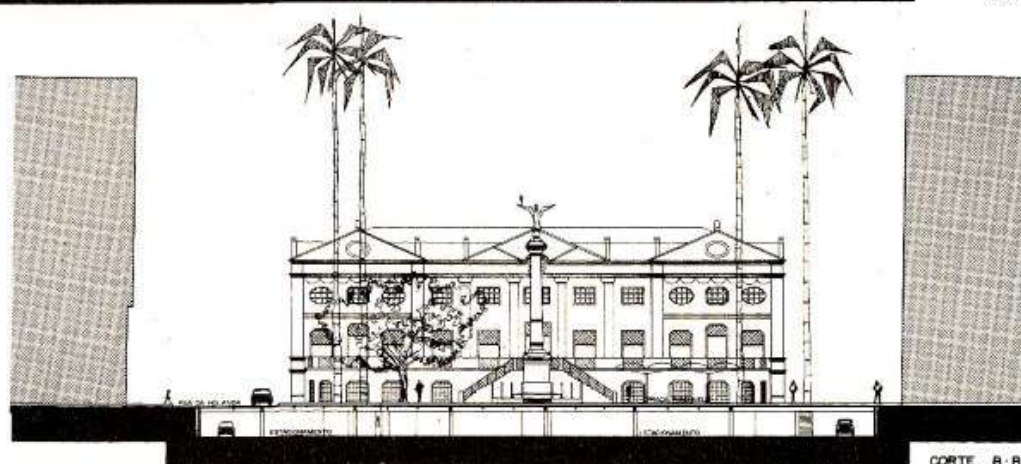


NOVA PRAÇA RIACHUELO

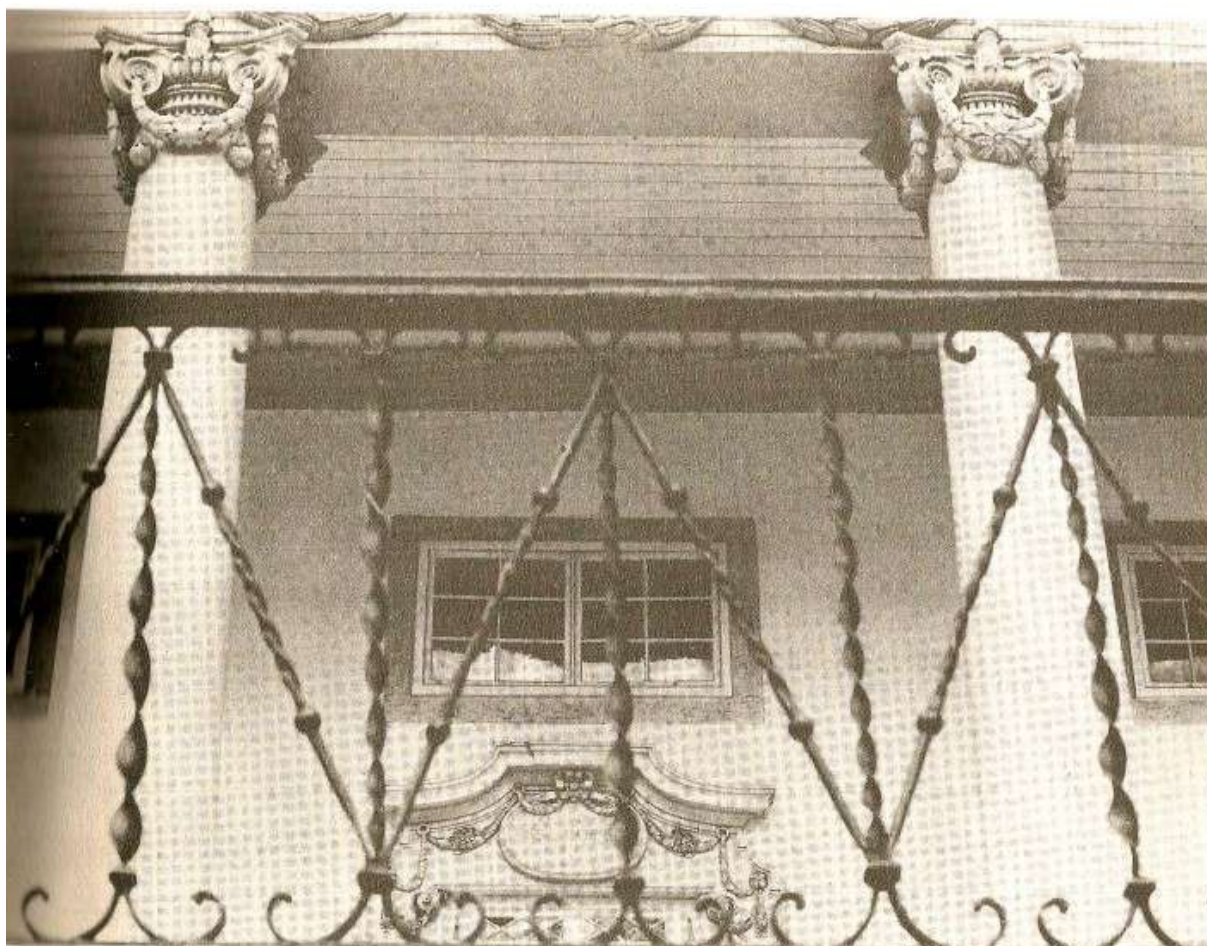




CORTE A-A - FACHADA NW



CORTE B-B - FACHADA NE



II – Paço da Associação Comercial – Detalhe do Gradil.

mentos horizontais são, hoje, uma das mais rentáveis inversões imobiliárias, nas grandes cidades.

Qualquer que seja a solução, é imprescindível que se recrie a Praça Riachuelo, sem a qual o Paço da Associação Comercial seria, apenas, metade de um monumento e a zona do comércio, um monótono labirinto de concreto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAZIN, Germain. *L'architecture religieuse baroque au Brésil*. Paris, Librairie Plon, Museu de Arte de São Paulo, 1956.
2. MATTOS, Waldemar. *Palácio da Associação Comercial da Bahia (antiga Praça do Comércio)*. Salvador, Editora Beneditina, 1950.
3. A TARDE. Salvador, 28.08.1941, p.2.
4. MATTOS, Waldemar. Idem.

REFERÊNCIAS FOTOGRÁFICAS

- 1 – Cópia da planta da praça Riachuelo ao Pilar com projeto de prosseguimento do Cais Novo e de ruas nas marinhas correspondentes ao Cais Novo executada pelo agrimensor Pedro Júlio David datada de 1873 e pertencente ao Arquivo Público da Bahia.



7 — "Banheiro dos Jesuítas" — Arco de acesso ao Salão dos Banheiros.

"BANHEIRO DOS JESUITAS"

*"Toda a montanha na sua falda
geme água ..."*

Vilhena

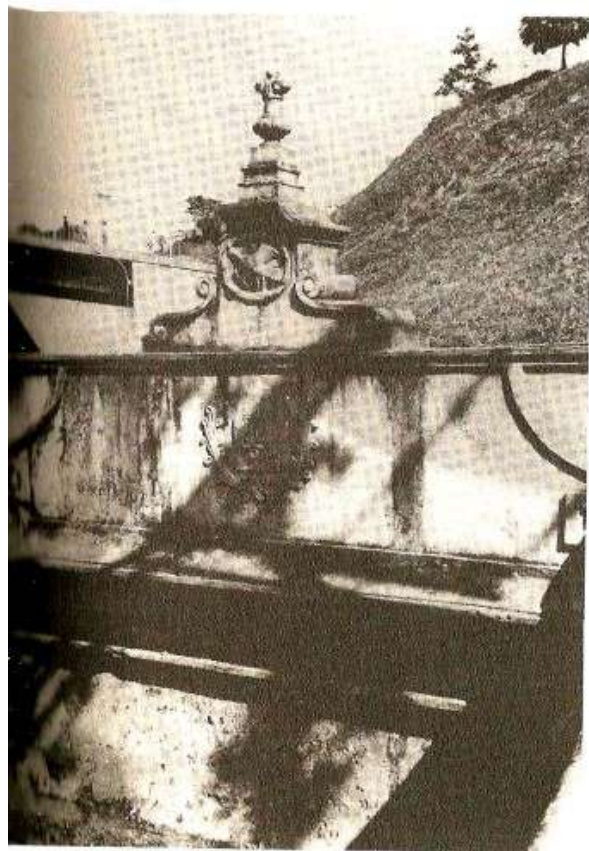
As fontes que abasteceram a Cidade do Salvador, até o começo deste século, são os monumentos mais abandonados e castigados pelas transformações urbanas da capital baiana. Embora poluídas e mal cuidadas, situação que vem de longe, pois no final do século XVIII já dizia Vilhena que não havia, em toda a área soteropolitana, fonte cuja água se pudesse beber¹, delas ainda se utiliza a população, durante as crises no atual sistema de abastecimento.

"Tenho, meu amigo, observado que são aqui as terras em extremo rôtas, motivo porque as surgentes das águas, todas saem junto à superfície da terra nas baixas à falda dos montes"² comenta Vilhena, o qual enumera dezesseis fontes públicas: na Cidade Baixa, a existente junto a São Felipe Neri, na Preguiça; a dos Padres, no fundo da Misericórdia; a do Pereira, no Taboão; a de Água dos Meninos, que servia às naus; na Cidade Alta, a do Queimado, atrás do Convento da Soledade; a do bairro de Santo Antônio, perto dos Currais; a Fonte das Pedras; a Fonte Nova, do outro lado do Dique; a do Gravatá; a localizada junto à capela de São Miguel (Fonte do Quibungo); a do Maciel; a do Tororó, no fundo do Convento da Lapa; a do Barril, que ficava pouco adiante, na margem do Dique; a do Coqueiro, atrás do Convento da Piedade; a Fonte de São Pedro e a do Gabriel ou do Unhão, assim designada pelos nomes dos seus proprietários, primeiro Gabriel Soares de Souza, muito depois, o Desembargador Pedro de Unhão Castelo Branco. A esta relação, José Antônio Rabelo³, no começo dos oitocentos, acrescenta mais seis: Xixi; Pedreiras; Munganga, na atual Avenida Jequitiaia, pouco distante da Água dos Meninos; Gamboa das Pedras; Barris e Fonte da Alegria, junto da calçada do mesmo nome, antigamente Bonfim. Havia ainda outras, omitidas pelos dois autores, como a da Baixa dos Sapateiros,

mandada construir pelo Senado da Câmara, em 1628⁴ e a da Ladeira da Água Brusca, hoje um pouco soterrada, em consequência da mudança da "grade" da pista ali implantada. Isso, só para relacionar as mais importantes. Uma das mais antigas era a do Pereira, referida por Gabriel Soares e que teria sido descoberta por um dos 400 degredados trazidos por Tomé de Souza, portador desse sobrenome, o qual junto dela se estabeleceu para vender água à marinhagem⁵. A de melhor água era a que ficava pouco adiante do Forte de São Pedro, para Vilhena, superior, em qualidade à do próprio "Espargal" e da "Pimenteira".

A água recolhida nas fontes era vendida por escravos, que a transportavam em barris de madeira. Martius, quando aqui esteve, em 1818, comentava que o líquido era, muitas vezes, morno e sujo. Havia, porém, muitas fontes privadas, como a existente no fundo da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, no sopé da falha que divide Salvador nas Cidades Alta e Baixa, popularmente conhecida como "Banheiro dos Jesuítas" e que se inclui neste estudo em tributo a essa categoria de monumento ainda tão pouco valorizada.

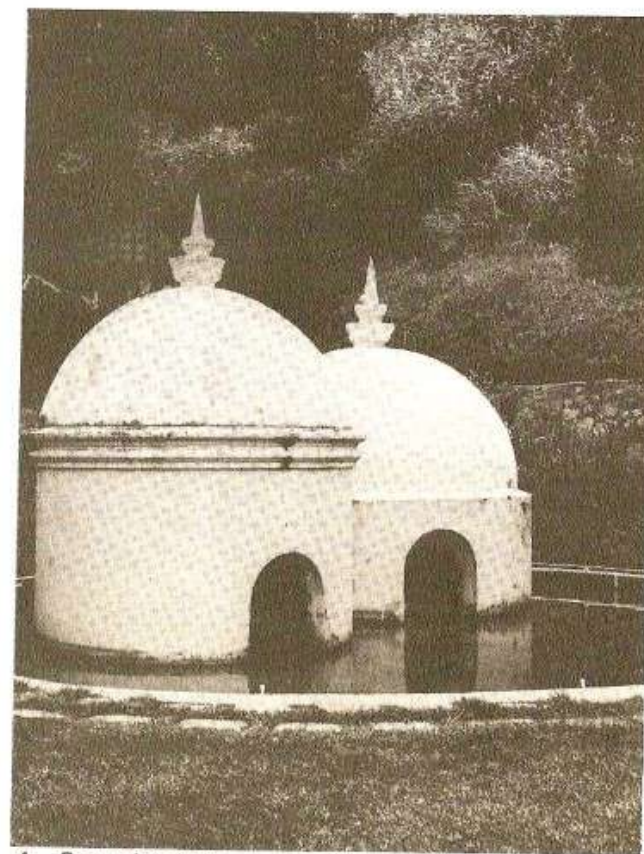
A Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim é a antiga residênc



2 – Fonte das Pedras – Situada à ladeira do mesmo nome.



3 – Fonte do Morro de São Paulo



4 – Fonte situada à margem do Dique do Tororó.



5 – “Banheiro dos Jesuítas” – Vista externa.

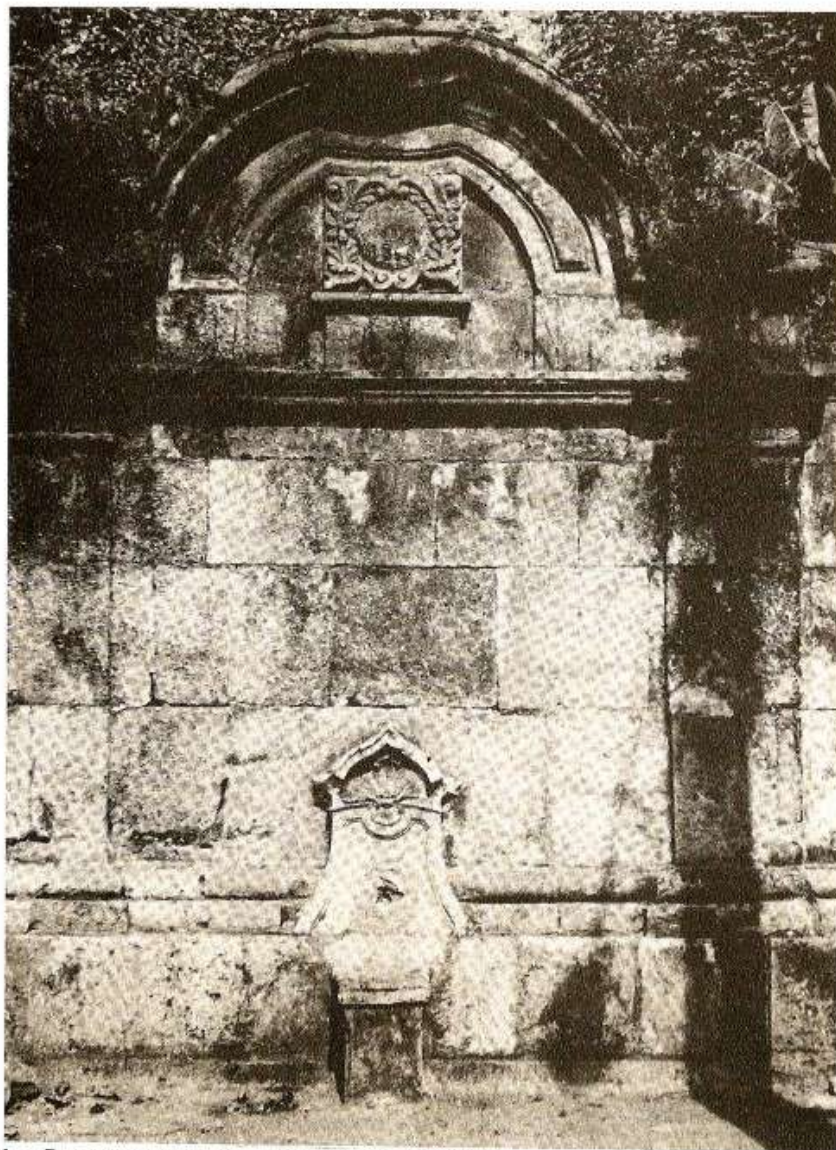


6 – “Banheiro dos Jesuítas” – Fachada Noroeste.

do bandeirante Domingos Afonso Sertão, conquistador do Piauí. O projeto original foi remodelado pelo arquiteto francês Charles Bellaville, irmão da Companhia de Jesus e as obras, iniciadas em 1709, sob direção do Padre José Aires, com a assistência do projetista. Doada por testamento à Companhia, em 1724, pelo seu primitivo proprietário, foi transformada em sede do Noviciado da Anunciada da Jequitaiá, inaugurado em 1728. Com essa função permaneceu até 1760, quando da expulsão dos jesuítas. Durante o período dos padres da Companhia foi ampliada e teve vários melhoramentos, especialmente na capela. Expulsos os religiosos da Ordem, passou a domínio da Coroa e em 1818, o Conde da Palma, então Governador da Bahia, solicitava a D. João VI a doação do prédio ao beato Joaquim Francisco do Livramento para nele estabelecer um colégio de órfãos, inaugurado em 1825, função que até hoje mantém o edifício.

Informa Serafim Leite, em sua “História da Companhia de Jesus no Brasil” que “tratavam os padres de buscar água e, quando tiravam pedra dum monte vizinho, descobriram grande mina dela que canalizaram para a casa, roda, tanque e demais oficinas”⁶. A fonte ainda pode ser identificada, tal como descrita pelo ilustre historiador jesuíta, um pouco acima do banheiro. A construção existente consiste de robusta caixa de alvenaria de pedra, que mede de 13,5 por 7,5 metros de largura e 6 metros de altura. Um dos lados serve de arrimo ao morro vizinho e nos demais contam-se oito arcos-pletos, de 1,70 m de vão. Do antigo telhado, restam apenas fragmentos do beiral, do tipo beira-saveira. No interior, um grande arco articula os dois salões em que se divide a construção. Num deles, encontra-se uma cisterna, encimada por um arco, enquanto no outro foram distribuídos pequenos boxes de chuveiro. Abrindo-se para o interior da construção, mas engastado na encosta, ergue-se um grande nicho que servia de reservatório elevado. Esse tanque parece haver sido substituído, em data não muito remota, por outro de maior altura, executado em alvenaria de granito “coração de negro”, material de emprego mais recente.

Provavelmente por se tratar de fonte particular, as referências históricas a seu respeito são escassas. Na falta dessas informações, os



1 — Fonte da Munganga — Situada à Av. Jequitaia.

estudos procedidos sobre o monumento tiveram de apoiar-se, exclusivamente, na interpretação dos elementos construtivos, como materiais, técnicas, detalhes e na disposição e estratificação que eles apresentam. A pesquisa, assim conduzida, identificou elementos de três períodos, que se acham caracterizados na planta cronológica.

Para que se possa compreender a construção é necessário conhecer o funcionamento das antigas fontes baianas. Essas instalações eram, geralmente, constituídas por quatro sistemas básicos: o de captação e transporte da água, o de armazenamento e decantação, o de distribuição, e o de transporte e absorção da água servida.

A captação podia realizar-se superficialmente ou pelo desvio de pequeno córrego, ou no afloramento de lençol d'água ao sopé de uma encosta, ou ainda, subterraneamente. Quando era superficial o transporte do líquido procedia-se através de aquedutos, como o da fonte do Gabriel ou do Unhão. Quando a nascente era subterrânea, o que sucedia freqüentemente, a captação e o transporte processavam-se por meio de galerias, muitas vezes extensas e profundas. São exemplos, entre outras, a da fonte do Gravatá, cuja altura é a de um homem em pé, a dos Coqueiros da Piedade, localizada à margem do antigo caminho que conduzia a Vila Velha e por isso conhecida também por este nome, as da Fonte Nova, que penetram no maciço do bairro de Pitangueiras, a do Convento de Santa Tereza, as da antiga Fonte da Baixa do Godinho ou do Vale de Nazaré, e a da Fonte do Quibungo, situada em antigo sobrado, na esquina do Maciel de Baixo com S. Miguel. Essas galerias que possuíam, geralmente, boeiros para ventilação, hoje, na maioria obstruídos, têm motivado especulações graciosas, acreditando alguns fossem ligações entre conventos ou esconderijos de tesouros.

O armazenamento era feito em reservatórios, que serviam para regularizar o fluxo das nascentes e decantar a água. Sua forma mais comum era o paralelepípedo, recoberto por telhado de uma ou duas águas, ou abóbada. Existiam, também, os cilíndricos, recobertos por uma cúpula, como na Fonte do Morro de São Paulo, ou piramidais, como na Quinta do Tanque.

A distribuição fazia-se por meio de bicas ou chafarizes, cujas águas se



9 – “Banheiro dos Jesuítas” – Vista da cisterna através do arco de acesso aos banheiros.



8 – “Banheiro dos Jesuítas” – Vista dos banheiros.

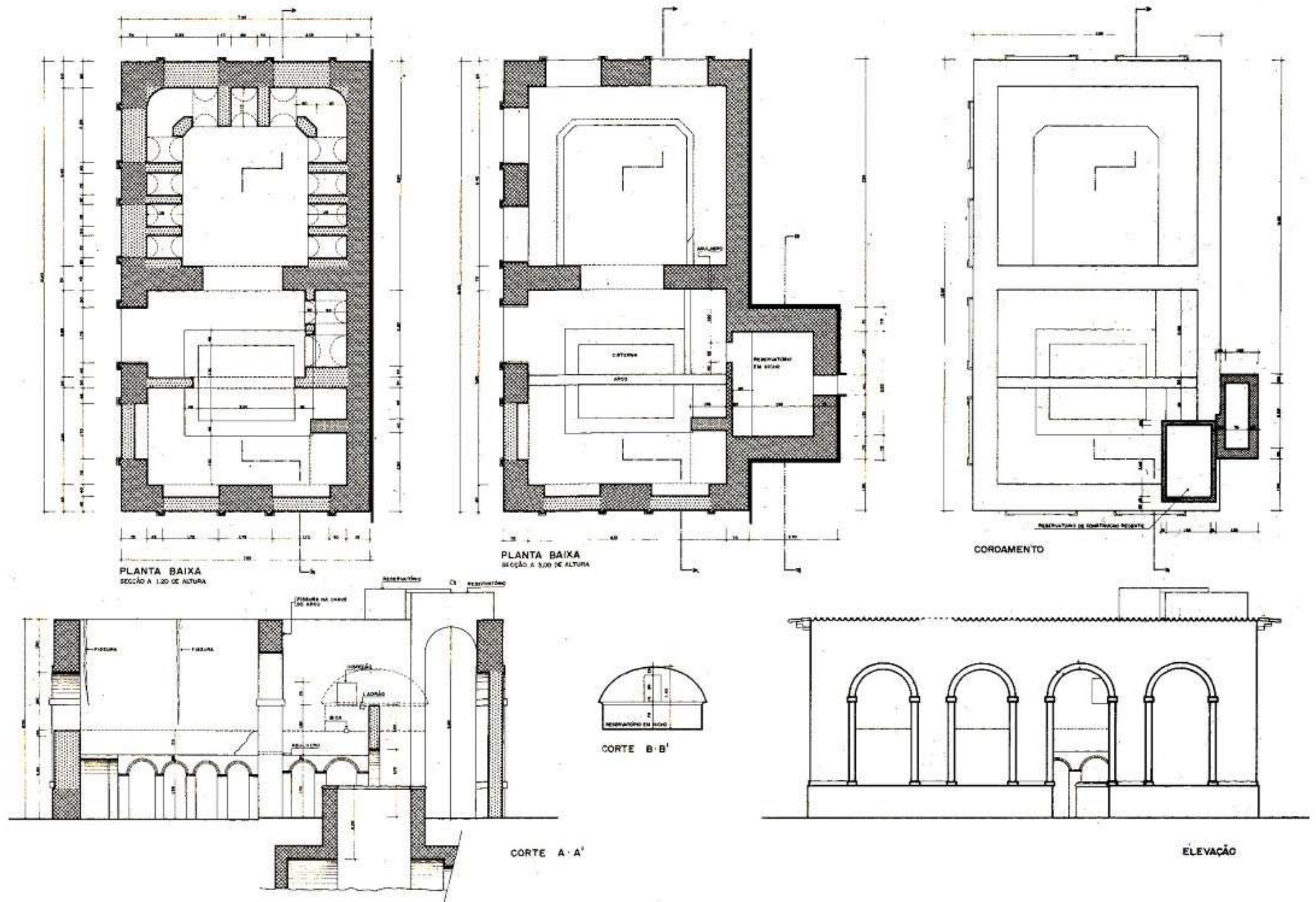


10 – “Banheiro dos Jesuítas” – Detalhe da cisterna.

recolhiam em bacia, situada em nível inferior ao terreno. Finalmente, o líquido usado, conduzido através de galeria, era lançado em riacho, encosta ou poço de absorção.

Mais recentes e de funcionamento diverso são as duas fontes conjugadas e recobertas por cúpulas, situadas no Dique do Tororó, à margem da atual Avenida Presidente Costa e Silva, prováveis sucessoras da antiga Fonte do Barril, de que fala Vilhena. O sistema aí utilizado consistiria em dois poços verticais de captação, onde uma bomba manual, formada de canoas de ferro, elevava a água até o Asilo dos Expostos, cinquenta metros acima. Foi concebido pelo Engenheiro Antônio Lacerda, quando mordomo dessa instituição, e inaugurado em 1875⁷. Posteriormente, a bomba manual foi substituída por outra, elétrica.

O chamado “Banheiro dos Jesuítas” constituiu, originalmente, uma fonte do primeiro tipo. Mais tarde, durante a transformação do Noviciado em Colégio, teria sido convertida em banheiro. Os elementos mais antigos, representados basicamente pela caixa de muros em alvenaria de pedra, reservatório e cisterna, devem datar do segundo quartel do século XVIII e correspondem às informações relatadas na obra do Padre Serafim Leite. A água, captada em uma fissura da rocha da montanha, era conduzida, por gravidade, através



"BANHEIRO DOS JESUÍTAS". planta cronológica

de pequena galeria, até o reservatório elevado, em forma de nicho, e aí decantada e distribuída. A água servida tinha como último destino a grande cisterna, que desempenhava a função de sumidouro. Essas instalações estavam recobertas por um grande telhado de quatro águas e abriam-se para o exterior através de arcos ainda existentes, embora parcialmente fechados. Existiriam, provavelmente, sob a área coberta, tanques para lavagem de roupas ou mesmo banho de criados, dos quais não restou vestígio.

Também não foram encontrados indícios de adução da água para a casa, segundo sugere o texto de Serafim Leite. Como o edifício foi, posteriormente, adaptado para outro uso, muitos elementos primitivos teriam sido destruídos. Deste modo, fica difícil conhecer com exatidão alguns detalhes, como a forma original da bacia de recolhimento da água servida e a maneira como esta era lançada na cisterna.

A segunda geração de elementos deve ser contemporânea à instalação do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, quando houve adaptações para banheiro. Surgem, nesta época, boxes de chuveiro, de construção menos robusta e de tijolos. A pequena dimensão e altura dos boxes parece confirmar esta hipótese. A água do reservatório em forma de nicho era despejada em novo tanque, em forma de calha, que servia de teto aos chuveiros e os alimentava. O conflito desses acréscimos com a construção primitiva evidencia-se no fechamento parcial dos arcos e na má resolução dos ângulos e articulações com a cisterna. Do mesmo período parece ser o arco abatido, edificado sobre a cisterna. Apresenta este uma deficiente amarração com a caixa de muros e se superpõe ao parapeito da cisterna, indicando que lhe é posterior. Sua construção impediu a circulação em torno desta última e seccionou a planta em dois compartimentos estanques.

Os elementos mais recentes, considerados deste século, consistem em dois tanques ao nível do coroamento da construção, um dos quais apoiado em arco que, por sua vez, tem por suportes um dos muros externos da construção e uma pilastra muito esbelta, executada em alvenaria de pedra "coração de negro". Esse tanque seria substituto do reservatório em nicho, quando este deixou de ser alimentado pela nascente e parece ter sido constituído após as modificações do plano

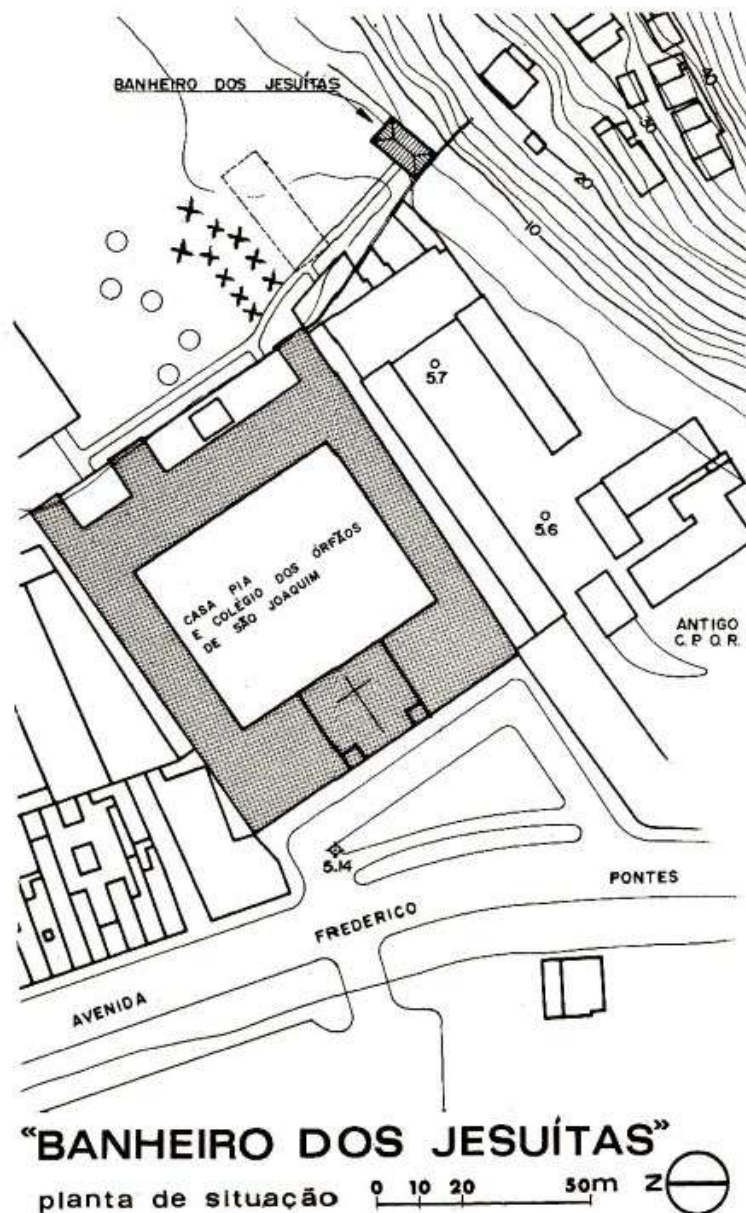
primitivo da cobertura, pois de outro modo interromperia o espigão do telhado em quatro águas.

Como se pode notar, os acréscimos introduzidos no século XIX e no atual, ao invés de enriquecerem a construção primitiva, entram em conflito com ela. Conflito que se realiza no plano funcional, pelo seccionamento da planta e no plano estético, pela obstrução parcial dos arcos. Nessas circunstâncias, a eliminação completa dos acréscimos seria desejável, em princípio, desde quando facilitaria a leitura e interpretação do monumento. Todavia, nas restaurações ditas de liberação, as maiores dificuldades surgem na reordenação dos elementos liberados, ou seja, após a remoção dos acréscimos⁸. No caso em consideração, deve-se ponderar não só a inexistência de elementos suficientes para uma restauração rigorosa da fonte, como a dificuldade que apresenta a tipologia do edifício, para convertê-lo a outra função. Optou-se, em consequência, por uma posição intermediária, removendo-se apenas os elementos mais discordantes da construção original, porém conservando a função de banheiro, agora como apoio às instalações esportivas ali mantidas, ainda que precariamente, pela Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, para recreação e exercício dos seus alunos.

As obras de restauração e valorização do "Banheiro dos Jesuítas", que devem possibilitar a sua reutilização social, implicam, basicamente, em consolidar os muros do século XVIII, recompor a cobertura em quatro águas e liberar a cisterna, com a eliminação dos acréscimos introduzidos na centúria passada, os quais impediram a circulação em sua volta e dividiram o edifício em dois espaços estanques.



11 – "Banheiro dos Jesuítas" – Vista interna do sumidouro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. VILHENA, Luís Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador, *Editora Itapoan, 1969. v.1, p.102/104.
2. _____. Idem
3. RABELO, José Antônio. *Corografia do Império do Brasil*. Bahia, 1829.
4. ROTEIRO turístico da Cidade do Salvador. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1958. p.37-38.
5. BOCCANERA Jr., Sílvia. *Bahia histórica*. Salvador, Tipografia Baiana, 1921, p.75.
6. LEITE, S.J., Pe. Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. v.5, p.145.
7. OLIVEIRA, Waldir. *Fontes lembram primeiro serviço de água da Bahia*. A TARDE, Salvador, 19.02.74.
8. PEROGALLI, Carlo. *La progettazione del restauro monumentale*. Milão, Libreria Editrice Politecnica Tamburini, 1955. p.49-55.

REFERÊNCIAS FOTOGRÁFICAS

- 3 – Fonte do Morro de S. Paulo – Tombada e Restaurada pelo IPHAN – Situada na Ilha de Tinharé.